

Copel Geração e Transmissão S.A

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ITR

Março / 2019

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Concessões e Autorizações	14
3 Base de Preparação	15
4 Principais Políticas Contábeis	17
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	19
6 Títulos e Valores Mobiliários	19
7 Clientes	20
8 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	21
9 Ativos de contrato	23
10 Outros Créditos	23
11 Tributos	24
12 Despesas Antecipadas	27
13 Partes Relacionadas	28
14 Depósitos Judiciais	30
15 Investimentos	31
16 Imobilizado	34
17 Intangível	39
18 Obrigações Sociais e Trabalhistas	40
19 Fornecedores	40
20 Empréstimos e Financiamentos	41
21 Debêntures	44
22 Benefícios Pós-emprego	46
23 Encargos Setoriais a Recolher	47
24 Pesquisa e Desenvolvimento	47
25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	48
26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento	49
27 Outras Contas a Pagar	50
28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente	50
29 Patrimônio Líquido	56
30 Receita Operacional Líquida	56
31 Custos e Despesas Operacionais	58
32 Resultado Financeiro	61
33 Segmentos Operacionais	62
34 Instrumentos Financeiros	65
35 Transações com Partes Relacionadas	75
36 Compromissos	77
37 Seguros	77
38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	77
39 Eventos subsequentes	78
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	79
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	83
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	84
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019	86
DECLARAÇÃO	87

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanços Patrimoniais

em 31 de março de 2019 e 31 dezembro de 2018

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	508.897	473.498	848.588	825.034
Clientes	7	366.585	310.059	455.495	387.183
Dividendos a receber		114.088	127.323	61.530	74.765
Contas a receber vinculadas à concessão	8	54.596	53.177	54.596	53.177
Ativos de contrato	9	77.109	74.129	88.295	85.019
Outros créditos	10	95.827	74.845	100.379	79.538
Estoques		27.006	27.175	27.006	27.175
Imposto de renda e contribuição social		22.063	17.165	33.850	28.648
Outros tributos a recuperar	11.2	34.082	27.405	40.800	33.009
Despesas antecipadas	12	10.610	11.939	12.982	13.217
Partes relacionadas	13	315.134	290.542	5.678	8.047
		1.625.997	1.487.257	1.729.199	1.614.812
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	95.018	97.819	209.668	210.861
Clientes	7	103.173	71.191	103.173	71.191
Depósitos judiciais	14	67.345	67.332	80.630	80.438
Contas a receber vinculadas à concessão	8	1.399.261	1.392.232	1.399.261	1.392.232
Ativos de contrato	9	2.519.091	2.428.442	2.776.386	2.681.993
Outros créditos	10	34.872	36.150	54.891	55.564
Imposto de renda e contribuição social		651	647	651	647
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	-	55.576	55.576
Outros tributos a recuperar	11.2	76.703	76.412	76.795	76.500
Despesas antecipadas	12	1.590	3.180	1.698	3.180
		4.297.704	4.173.405	4.758.729	4.628.182
Investimentos	15	4.618.706	4.599.283	2.242.463	2.212.270
Imobilizado	16	6.245.282	6.295.114	9.323.642	9.383.845
Intangível	17	84.585	85.694	435.888	440.253
Direito de uso de ativos	26	27.437	-	29.957	-
		15.273.714	15.153.496	16.790.679	16.664.550
TOTAL DO ATIVO		16.899.711	16.640.753	18.519.878	18.279.362

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Balancos Patrimoniais
 em 31 de março de 2019 e 31 dezembro de 2018 (continuação)
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	18	68.371	70.223	68.825	70.771
Partes relacionadas	13	5.876	7.414	45.035	27.919
Fornecedores	19	185.374	192.045	303.726	341.224
Imposto de renda e contribuição social		82.068	158.907	85.495	169.950
Outras obrigações fiscais	11.2	90.095	90.555	96.817	96.557
Empréstimos e financiamentos	20	697.974	682.706	766.498	737.766
Debêntures	21	949.371	929.543	970.192	950.128
Dividendos a pagar		368.950	368.950	381.236	381.236
Benefícios pós-emprego	22	15.532	14.847	15.532	14.847
Encargos setoriais a recolher	23	7.077	9.544	7.249	9.794
Pesquisa e desenvolvimento	24	66.211	66.221	66.790	66.767
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	5.529	5.045	5.529	5.045
Passivo de arrendamentos	26	9.769	-	10.283	-
Outras contas a pagar	27	26.469	44.071	35.398	51.854
		2.578.666	2.640.071	2.858.605	2.923.858
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas		-	-	739	-
Fornecedores	19	9.934	9.934	37.413	35.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	132.372	122.730	149.539	138.625
Outras obrigações fiscais	11.2	163.273	165.474	167.503	169.648
Empréstimos e financiamentos	20	1.223.054	1.230.709	2.063.244	2.080.741
Debêntures	21	2.593.688	2.588.550	2.838.153	2.836.251
Benefícios pós-emprego	22	254.060	252.111	254.528	252.561
Pesquisa e desenvolvimento	24	58.327	54.242	76.993	72.908
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	42.717	42.987	42.717	42.987
Passivo de arrendamentos	26	17.954	-	19.992	-
Outras contas a pagar	27	25.190	24.379	51.224	50.364
Provisões para litígios	28	596.435	597.602	615.033	616.144
		5.117.004	5.088.718	6.317.078	6.295.277
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível ao acionista da empresa controladora					
Capital social	29.1	5.528.226	5.528.226	5.528.226	5.528.226
Adiantamento para futuro aumento de capital		237.000	237.000	237.000	237.000
Ajustes de avaliação patrimonial	29.2	779.958	796.442	779.958	796.442
Reserva legal		509.888	509.888	509.888	509.888
Reserva de retenção de lucros		1.840.408	1.840.408	1.840.408	1.840.408
Lucros acumulados		308.561	-	308.561	-
		9.204.041	8.911.964	9.204.041	8.911.964
Atribuível aos acionistas não controladores	15.2.2	-	-	140.154	148.263
		9.204.041	8.911.964	9.344.195	9.060.227
TOTAL DO PASSIVO		16.899.711	16.640.753	18.519.878	18.279.362

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados
 dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	918.024	873.266	1.001.559	907.932
Custos Operacionais	31	(333.555)	(355.844)	(400.479)	(394.332)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		584.469	517.422	601.080	513.600
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	(1.352)	484	(1.352)	484
Despesas gerais e administrativas	31	(50.146)	(50.591)	(55.434)	(55.528)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(12.209)	(41.204)	(12.844)	(41.350)
Resultado da equivalência patrimonial	15	3.773	20.343	17.413	45.221
		(59.934)	(70.968)	(52.217)	(51.173)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		524.535	446.454	548.863	462.427
Resultado Financeiro	32				
Receitas financeiras		30.755	8.426	32.689	14.794
Despesas financeiras		(117.322)	(103.051)	(146.504)	(130.255)
		(86.567)	(94.625)	(113.815)	(115.461)
LUCRO OPERACIONAL		437.968	351.829	435.048	346.966
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.3				
Imposto de renda e contribuição social		(136.249)	(150.928)	(140.166)	(153.138)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(9.642)	39.746	(10.914)	38.734
		(145.891)	(111.182)	(151.080)	(114.404)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		292.077	240.647	283.968	232.562
Atribuído ao acionista da empresa controladora		-	-	292.077	240.647
Atribuído aos acionistas não controladores	15.2.2	-	-	(8.109)	(8.085)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	29.3				
Ações ordinárias		0,05283	0,04403	-	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		292.077	240.647	283.968	232.562
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		292.077	240.647	283.968	232.562
Atribuível ao acionista, da empresa Controladora		-	-	292.077	240.647
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(8.109)	(8.085)

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de março de 2019 e de 2018
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível ao acionista da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados			
				Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2019		5.528.226	237.000	806.220	(9.778)	509.888	1.840.408	-	8.911.964	148.263	9.060.227
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	-	292.077	292.077	(8.109)	283.968
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	292.077	292.077	(8.109)	283.968
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	29.2	-	-	(16.484)	-	-	-	16.484	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2019		5.528.226	237.000	789.736	(9.778)	509.888	1.840.408	308.561	9.204.041	140.154	9.344.195

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Ajustes decorrentes da adoção dos CPCs 47 e 48	-	-	-	-	-	-	(148.215)	(148.215)	-	(148.215)
Transferência para a reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(148.215)	148.215	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2018 ajustado	5.459.598	54.829	873.306	7.830	464.846	1.384.472	-	8.244.881	178.480	8.423.361
Lucro líquido (prejuízo) do período - reapresentado	-	-	-	-	-	-	240.647	240.647	(8.085)	232.562
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	240.647	240.647	(8.085)	232.562
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	-	-	(16.702)	-	-	-	16.702	-	-	-
Aumento de capital	13.799	-	-	-	-	-	-	13.799	-	13.799
Saldo em 31 de março de 2018 - reapresentado	5.473.397	54.829	856.604	7.830	464.846	1.384.472	257.349	8.499.327	170.395	8.669.722

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		292.077	240.647	283.968	232.562
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		105.198	97.533	139.230	120.140
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	8.1	(25.540)	(20.624)	(25.540)	(20.624)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	9	(79.810)	(39.273)	(88.499)	(39.273)
Remuneração pela remensuração do fluxo de caixa dos ativos RBSE	8.2	(32.096)	(42.010)	(32.096)	(42.010)
Imposto de renda e contribuição social	11.3	136.249	150.928	140.166	153.138
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	9.642	(39.746)	10.914	(38.734)
Resultado da equivalência patrimonial	15.1	(3.773)	(20.343)	(17.413)	(45.221)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	22.4	6.659	6.320	6.677	6.354
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	22.4	9.125	9.705	9.190	9.781
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	24.2	7.713	8.257	7.782	8.257
Depreciação e amortização	31	76.623	66.218	106.933	84.516
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	31.4	5.710	33.476	12.165	33.480
Resultado das baixas de imobilizado	16.2	253	2.039	267	2.038
		508.030	453.127	553.744	464.404
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		11.969	(34.437)	4.832	5.888
Depósitos judiciais		1.547	7.723	1.535	7.671
Outros créditos		(21.058)	(9.957)	(21.523)	(8.536)
Estoques		169	1.130	169	1.129
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.902)	(2.954)	(5.206)	(2.693)
Outros tributos a recuperar		(5.748)	(6.663)	(6.866)	(7.916)
Despesas antecipadas		2.919	2.685	1.717	2.179
Partes relacionadas		2.644	14.467	2.369	13.204
		(12.460)	(28.006)	(22.973)	10.926
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.852)	21.855	(1.946)	21.808
Partes relacionadas		(1.538)	(17.732)	(1.129)	(29.043)
Fornecedores		(42.039)	(55.468)	(93.885)	(27.734)
Outras obrigações fiscais		1.002	(40.125)	811	(42.151)
Benefícios pós-emprego	22.4	(13.150)	(13.240)	(13.215)	(13.316)
Encargos setoriais a recolher		(2.467)	(857)	(2.545)	(857)
Pesquisa e desenvolvimento	24.2	(4.638)	(5.551)	(4.682)	(5.849)
Contas a pagar vinculadas à concessão	25.1	(518)	(1.088)	(518)	(1.088)
Outras contas a pagar		(16.746)	4.119	(15.596)	4.405
Provisões para litígios quitadas	28.1.1	(2.526)	(9.549)	(2.652)	(9.549)
		(84.472)	(117.636)	(135.357)	(103.374)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		411.098	307.485	395.414	371.956
Imposto de renda e contribuição social pagos		(213.088)	(79.460)	(224.621)	(81.346)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	20.3	(21.519)	(22.807)	(29.037)	(29.878)
Encargos de debêntures pagos	21.2	(47.498)	(185)	(53.062)	(6.076)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	26.2.1	(638)	-	(665)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		128.355	205.033	88.029	254.656

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 (continuação)
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		2.801	2.849	1.193	1.259
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(21.808)	-	-	-
Aportes em investimentos	15.1	(53.191)	(248.900)	(47.080)	-
Redução de capital em investidas	15.1	34.300	35.280	34.300	35.280
Aquisições de imobilizado		(41.710)	(100.179)	(44.422)	(463.431)
Aquisições de intangível	17.2	(1.534)	(230)	(1.534)	(230)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(81.142)	(311.180)	(57.543)	(427.122)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	20.3	16.103	-	16.103	-
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	-	18.900	138.865
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	20.3	(25.661)	(24.810)	(34.699)	(31.850)
Amortizações de principal de debêntures	21.2	-	-	(4.955)	(4.843)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	26.2.1	(2.256)	-	(2.281)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(11.814)	(24.810)	(6.932)	102.172
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		35.399	(130.957)	23.554	(70.294)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	473.498	299.234	825.034	554.350
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	508.897	168.277	848.588	484.056
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		35.399	(130.957)	23.554	(70.294)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018
 em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	960.189	930.180	1.047.397	966.842
Receita de construção	90.206	140.421	102.955	149.322
Outras receitas	128	3.269	332	3.269
Reversão de perdas de crédito esperadas	(1.412)	450	(1.412)	450
	1.049.111	1.074.320	1.149.272	1.119.883
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	8.046	5.983	14.682	5.988
Encargos de uso da rede elétrica	100.931	84.746	113.488	96.682
Material, insumos e serviços de terceiros	26.785	38.778	38.219	47.772
Custo de construção	58.295	142.099	70.536	150.813
Perda de valores ativos	255	794	274	794
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(866)	(2.141)	5.362	(2.141)
Outros insumos / reversões de provisões	16.211	31.251	17.430	32.160
	209.657	301.510	259.991	332.068
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	839.454	772.810	889.281	787.815
(-) Depreciação e amortização	76.623	66.218	106.933	84.516
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	762.831	706.592	782.348	703.299
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	3.773	20.343	17.413	45.221
Receitas financeiras	30.755	8.426	32.689	14.794
Outras receitas	304	317	304	317
	34.832	29.086	50.406	60.332
	797.663	735.678	832.754	763.631

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 (continuação)
 em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	31.03.2019	%	31.03.2018	%	31.03.2019	%	31.03.2018	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	50.007		54.349		52.457		56.497	
Planos previdenciário e assistencial	15.337		15.123		15.564		15.332	
Auxílio alimentação e educação	6.232		5.801		6.324		5.888	
Encargos sociais - FGTS	3.985		3.917		4.135		4.042	
Programa de desligamentos voluntários	(328)		28.273		(328)		28.273	
Participação nos lucros e/ou resultados	6.005		4.953		6.005		4.944	
	81.238	10,2	112.416	15,3	84.157	10,1	114.976	15,1
Governo								
Federal								
Tributos	234.338		198.619		244.057		205.189	
Encargos setoriais	52.325		55.126		53.289		55.687	
Estadual	18.622		22.964		18.991		23.239	
Municipal	1.848		1.051		2.350		1.062	
	307.133	38,5	277.760	37,8	318.687	38,3	285.177	37,3
Terceiros								
Juros	114.822		100.114		142.368		125.288	
Arrendamentos e aluguéis	973		3.105		2.146		3.978	
Doações, subvenções e contribuições	1.420		1.636		1.428		1.650	
	117.215	14,7	104.855	14,3	145.942	17,5	130.916	17,1
Acionistas								
Lucros retidos	292.077		240.647		292.077		240.647	
Participações de acionistas não controladores	-		-		(8.109)		(8.085)	
	292.077	36,6	240.647	32,6	283.968	34,1	232.562	30,5
	797.663	100,0	735.678	100,0	832.754	100,0	763.631	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Companhia ou Controladora), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Explora o serviço de geração de energia elétrica através de 37 usinas, sendo 17 hidrelétricas, 18 eólicas e 2 termelétricas, com 5.563,5 MW de capacidade instalada e garantia física de 2.564,2 MW médios, além do serviço de transmissão de energia elétrica prestado através de 45 subestações e 6.628 km de linhas próprias e em participação, pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Companhia tem como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia tem participação em consórcios e em sociedades de propósito específico, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	60,0	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	99,9	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Fase pré-operacional.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Fase pré-operacional.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
GBX Tietê II Empreendimentos Participações S.A. (a)	São Paulo/SP	Incorporação de empreendimentos imobiliários	19,31	UEG

(a) Fase pré-operacional.

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Empreendimento	Participação %		Demais consorciados
	Copel GeT		
Usina Hidrelétrica Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá (NE nº 16.5)	51,0		Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49,0%)
Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (NE nº 16.5.1)	30,0		Geração Céu Azul S.A (controlada da Neoenergia S.A. (70,0%))

2 Concessões e Autorizações

Concessões de Geração	Participação %	Vencimento	
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá	51	02.07.2042	
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder (a)	100	16.01.2046	
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	27.02.2046	
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu (a)	30	13.09.2049	
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucarantina	100	12.10.2025	
UHE Chaminé	100	16.08.2026	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	15.11.2029	
UHE Cavernoso	100	07.01.2031	
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999			
UTE Figueira (NE nº 34.2.6)	100	26.03.2019	
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) (NE nº 34.2.6)	100	17.09.2023	
UHE São Jorge	100	03.12.2024	
UHE Guaricana	100	16.08.2026	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	15.11.2029	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	04.05.2030	
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	28.09.2029	
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contrato de Concessão nº 002/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	05.01.2046	
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-	
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20% da Copel)	60	22.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	24.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	30.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	30.05.2046
Nova Eurús IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurús IV	100	26.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	07.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	08.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	08.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	27.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	19.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	31.05.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	18.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	10.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	04.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	04.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	03.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	03.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	03.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100	03.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100	03.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100	03.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	23.04.2030
PCH Bela Vista	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019 (a)	99,9	01.01.2041

(a) Empreendimento em construção.

Usina Hidrelétrica - UHE
 Pequena Central Hidrelétrica - PCH
 Usina Termelétrica - UTE
 Usina Eolielétrica - EOL

Concessões de Transmissão	Participação %	Vencimento
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE		
Contrato nº 060/2001 (prorrogado pelo 3º Termo Aditivo) - Instalações de transmissão - diversos empreendimentos	100	31.12.2042
Contrato nº 075/2001 - LT Bateias - Jaguariaíva	100	16.08.2031
Contrato nº 006/2008 - LT Bateias - Pilarzinho	100	16.03.2038
Contrato nº 027/2009 - LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	18.11.2039
Contrato nº 010/2010 - LT Araraquara II - Taubaté	100	05.10.2040
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilha III	100	05.10.2040
Contrato nº 022/2012 - LT - Foz do Chopim - Salto Osório C2; LT 230 kV Londrina - Figueira	100	26.08.2042
Contrato nº 002/2013 - LT - Assis - Paraguaçu Paulista II; SE 230/88 kV Paraguaçu Paulista II	100	24.02.2043
Contrato nº 005/2014 - LT - Bateias - Curitiba Norte; SE 230/138 kV Curitiba Norte	100	28.01.2044
Contrato nº 021/2014 - LT Foz do Chopim - Realeza; SE Realeza 230/138 kV - Pátio novo em 230 kV	100	04.09.2044
Contrato nº 022/2014 - LT Assis - Londrina	100	04.09.2044
Contrato nº 006/2016 - LT 525kV Curitiba Leste - Blumenau C1 (a)	100	06.04.2046
LT 230 kV Uberaba - Curitiba Centro C1 e C2 (Subterrânea) (a)		
SE 230/138 kV Curitiba Centro (SF6) - 230/138 kV - 2 x ATF 150 MVA (a)		
SE 230/138 kV Medianeira (pátio novo 230 kV) - 2 x 150 MVA (a)		
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza (a)		
SE 230/138 kV Andirá Leste - 2 x ATR 150 MVA (a)		
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		
Costa Oeste Transmissora Contrato nº 001/2012 - LT Cascavel Oeste - Umuarama; SE Umuarama 230/20138 kV	100	11.01.2042
Caiuá Transmissora Contrato nº 007/2012 - LT Umuarama - Guaira; LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte; SE Santa Quitéria 230/69-13,8 kV; SE Cascavel Norte 230/20138-13,8 kV	49	09.05.2042
Marumbi Transmissora Contrato nº 008/2012 - LT Curitiba - Curitiba Leste; SE Curitiba Leste 525/230 kV	100	09.05.2042
Integração Maranhense Contrato nº 011/2012 - LT Açailândia - Miranda II	49	09.05.2042
Matrinchã Transmissora Contrato nº 012/2012 - LT Paranaíta - Ribeirãozinho; LT 500 kV Paranaíta - Cláudia; SE Cláudia 500 kV; LT 500 kV Cláudia - Paranatinga; SE Paranatinga 500 kV; LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho	49	09.05.2042
Guaraciaba Transmissora Contrato nº 013/2012 - LT Ribeirãozinho - Marimbondo II; LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte; LT 500 Rio Verde Norte - Marimbondo II; Seccionamento das LTs 500 kV Marimbondo - Araraquara, na SE Marimbondo II; SE Marimbondo II 500 kV	49	09.05.2042
Paranaíba Transmissora Contrato nº 007/2013 - LT - T 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas; LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia; LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2	24,5	01.05.2043
Mata de Santa Genebra Contrato nº 001/2014 - LT - Itatiba - Bateias (a); LT 500 kV Itatiba - Bateias (a); LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba (a); LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias (a); SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV (a); SE Itatiba 500 kV (a); SE 500/440 kV Fernão Dias (a)	50,1	13.05.2044
Cantareira Transmissora Contrato nº 019/2014 - LT - Estreito - Fernão Dias	49	04.09.2044

(a) Empreendimento em construção.

3 Base de Preparação

3.1 Declarações de conformidade

As informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias. Conseqüentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2018, que não sofreram modificações nos primeiros três meses de 2019, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2018, disponíveis nos *sites* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Copel.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das informações trimestrais foi aprovada pela Administração em 14.05.2019.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2018, excetuando a descrita na NE 4.1.1 destas informações trimestrais.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Apesar de apresentar, em 31.03.2019, capital circulante líquido negativo a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira, conforme descrito na NE nº 34.2.2. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2018, exceto as políticas divulgadas no item nº 4.1.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2019

4.1.1 CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Método de transição

A Companhia aplicou o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer apresentação de informações comparativas. O passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. Diante do exposto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional, e aplicou o pronunciamento apenas aos contratos vigentes em 1º.01.2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com a CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento prevista para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de até 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor, como por exemplo computadores, impressoras e móveis, cujos valores sejam inferiores a R\$ 18. Estes contratos são reconhecidos como custos e/ou despesas operacionais de arrendamento em base linear conforme previsto na norma, durante a vigência do contrato.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica que preveem pagamento mínimo durante o período de estudo/construção e pagamento com base em remuneração variável durante o período de operação comercial. Para os contratos que na data da aplicação da norma estão sujeitos a pagamento mínimo, a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento. Já para os contratos que estão em operação comercial, a Companhia reconhece em sua demonstração de resultado, quando o evento ou a condição é atendida, como arrendamentos e aluguéis, em custos e/ou despesas operacionais.

Uso de julgamento

Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário

A Companhia considerou para todos os contratos de arrendamento com partes relacionadas e terceiros, a taxa de juros necessária para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. A taxa adotada pela Companhia considera o custo da última captação realizada, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a um spread de risco da Companhia. Na adoção inicial, a taxa utilizada foi de 9,10% a.a.

Prazo de arrendamento para os contratos com prazo indeterminável

A Companhia possui contratos de arrendamento com prazos indeterminados. Para estes contratos, foi adotada como estimativa de prazo sua prorrogação máxima até 60 meses.

Efeitos na aplicação inicial

Os novos requerimentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 produziram os seguintes impactos no reconhecimento e apresentação dos contratos de arrendamento e aluguéis.

Demonstrações Financeiras	CPC 06 (R1)/IAS 17	CPC 06 R2/IFRS16
Balanco Patrimonial		
Ativo não circulante	-	Direito de uso de ativos
Passivo circulante e passivo não circulante	-	Passivo de arrendamento
Demonstração de Resultado		
Custos Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Despesa Financeira	-	Juros sobre o passivo de arrendamento
Demonstração de Fluxo de Caixa		
Pagamentos de juros de passivos de arrendamento	-	Atividade operacional
Pagamentos de principal de passivos de arrendamento	-	Atividade de financiamento

Os efeitos da adoção inicial estão apresentados na NE nº 26.

4.1.2 ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta incerteza.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e concluiu a que aplicação da norma não gerou impacto em seus resultados.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Caixa e bancos conta movimento	11.142	2.459	24.336	16.192
Aplicações financeiras de liquidez imediata	497.755	471.039	824.252	808.842
	508.897	473.498	848.588	825.034

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 78% e 100,8% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 52 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	75.726	44.924	188.139	155.756
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	95,0% a 101% do CDI	15.789	46.779	18.026	48.989
Operação Compromissada	96,5% a 100% do CDI	3.503	6.116	3.503	6.116
		95.018	97.819	209.668	210.861

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7 Clientes

Controladora	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.03.2019	Saldo 31.12.2018
Consumidores					
Industrial	1	1.376	8	1.385	12.669
Receita de fornecimento não faturada	66.844	-	-	66.844	59.917
Outros créditos	-	-	265	265	307
	66.845	1.376	273	68.494	72.893
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	8.179	243	5.445	13.867	13.242
Contratos bilaterais	81.667	-	-	81.667	49.252
CCEE (7.1)	43.112	-	222.839	265.951	201.252
Receita de suprimento não faturada	112.168	-	-	112.168	111.484
Regime de cotas e Ressarcimento de geradores	760	631	2.677	4.068	3.777
	245.886	874	230.961	477.721	379.007
Encargos de uso da rede elétrica	47.602	275	1.978	49.855	55.604
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(180)	(1)	(126.131)	(126.312)	(126.254)
	360.153	2.524	107.081	469.758	381.250
				366.585	310.059
				103.173	71.191

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.03.2019	Saldo 31.12.2018
Consumidores					
Industrial	1	1.376	8	1.385	12.669
Receita de fornecimento não faturada	66.844	-	-	66.844	59.917
Outros créditos	-	-	265	265	307
	66.845	1.376	273	68.494	72.893
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	12.694	243	5.576	18.513	13.373
Contratos bilaterais	81.667	-	-	81.667	49.252
CCEE (7.1)	94.599	-	222.839	317.438	259.672
Receita de suprimento não faturada	142.415	-	-	142.415	127.109
Regime de cotas e Ressarcimento de geradores	760	631	2.677	4.068	3.777
	332.135	874	231.092	564.101	453.183
Encargos de uso da rede elétrica	50.101	280	2.079	52.460	58.627
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(180)	(1)	(126.206)	(126.387)	(126.329)
	448.901	2.529	107.238	558.668	458.374
				455.495	387.183
				103.173	71.191

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida da UHE de Colíder seja postergada (NE nº 16.4).

Em decorrência do êxito no pedido de antecipação de tutela na ação ordinária, a Companhia possui o montante a receber de R\$ 190.856 pela energia entregue no período de janeiro a outubro de 2015, precificada ao Preço de Liquidação de Diferença - PLD. Tendo em vista a incerteza do recebimento, foram registradas perdas de crédito esperadas no valor de R\$ 119.665, correspondente a diferença entre o preço do PLD e o valor do contrato. O saldo remanescente, de R\$ 71.191, corresponde ao direito líquido e certo pelo fornecimento da energia, independentemente de qualquer litígio.

Ainda em relação a este mesmo processo, o montante de R\$ 43.844, decorrente do fornecimento de energia valorado ao PLD, não foi reconhecido em virtude da incerteza sobre o julgamento do mérito da ação judicial.

7.2 Perdas de créditos esperadas

Controladora	Saldo em 1º.01.2019	Adições / (reversões)	Saldo em 31.03.2019
Consumidores			
Industrial	95	(3)	92
	95	(3)	92
Concessionárias e permissionárias			
CCEE (7.1)	119.665	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.494	61	6.555
	126.159	61	126.220
	126.254	58	126.312

Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Adições / (reversões)	Saldo em 31.03.2019
Consumidores			
Industrial	95	(3)	92
	95	(3)	92
Concessionárias e permissionárias			
CCEE (7.1)	119.665	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.569	61	6.630
	126.234	61	126.295
	126.329	58	126.387

8 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	31.03.2019	31.12.2018
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (8.1)	634.300	625.772
Remensuração do ativo financeiro RBSE (8.2)	752.755	753.826
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (8.3)	66.802	65.811
	1.453.857	1.445.409
	Circulante	53.177
	Não circulante	1.392.232

8.1 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2019	625.772
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(17.012)
Juros efetivos (NE nº 30)	25.540
Em 31.03.2019	634.300

8.2 Remensuração dos ativos RBSE

Em 1º.01.2019	753.826
Transferências para ativos de contrato (NE nº 9)	1.713
Remuneração do fluxo de caixa	32.096
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(34.880)
Em 31.03.2019	752.755

Em 27.06.2017 a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.258, na qual estabeleceu a RAP para o ciclo tarifário 2017-2018, aplicando decisão judicial de 11.04.2017, relativa à ação movida por três associações empresariais, que determina, em caráter provisório, a exclusão da parcela de “remuneração” prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. A mesma decisão foi aplicada para o atual ciclo 2018-2019, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.408, de 26.06.2018.

A remuneração em discussão judicial, concernente ao custo de capital próprio apurada dos ativos RBSE de janeiro de 2013 a junho de 2017 a época do ingresso da ação é de R\$ 201.795.

Pautada na opinião de seus assessores jurídicos, a Copel GeT entende que esta é uma decisão provisória que não se volta contra o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos RBSE e que estes estão assegurados pela lei. Diante disso, os recebíveis considerados no fluxo de recebimento desse ativo estão registrados no ativo não circulante.

8.3 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2019	65.811
Remuneração pela remensuração do fluxo de caixa	125
Reversão de perdas estimadas para redução ao valor recuperável (NE nº 31.4)	866
Em 31.03.2019	66.802

9 Ativos de contrato

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	2.502.571	2.767.012
Transferências do contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (NE nº 8.2)	(1.713)	(1.713)
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(48.643)	(53.292)
Transferências para o imobilizado	(148)	(148)
Remuneração	79.810	88.499
Receita de construção	64.323	64.323
Em 31.03.2019	2.596.200	2.864.681
	Circulante	77.109
	Não circulante	2.519.091
		88.295
		2.776.386

10 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Serviços em curso (a)	59.526	51.642	79.544	71.056
Adiantamento a fornecedores (b)	12.396	15.591	18.318	21.471
Alienações e desativações em curso	11.499	11.393	11.557	11.451
Adiantamento a empregados	9.378	7.053	9.400	7.079
Adiantamento para indenizações imobiliárias	2.982	4.244	2.982	4.244
Outros créditos	34.918	21.072	33.469	19.801
	130.699	110.995	155.270	135.102
	Circulante	95.827	74.845	100.379
	Não circulante	34.872	54.891	79.538
				55.564

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Adiantamento previsto em cláusula contratual.

11 Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.1.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.03.2019
Ativo não circulante			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	328.011	(295)	327.716
Provisões para litígios	210.202	8.335	218.537
Benefícios pós-emprego	90.712	943	91.655
Perdas de créditos esperadas	44.234	480	44.714
Amortização do direito de concessão	33.276	1.102	34.378
Provisão para P&D	24.132	(1.176)	22.956
Provisão para compra de energia	16.427	4.251	20.678
INSS - liminar sobre depósito judicial	14.277	345	14.622
Provisão para perdas tributárias	12.813	(1.094)	11.719
Provisão para participação nos lucros	6.797	2.058	8.855
Outros	25.970	(493)	25.477
	806.851	14.456	821.307
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	441.624	33.798	475.422
Custo atribuído ao imobilizado	415.326	(8.492)	406.834
Atualização de depósitos judiciais	10.751	(15)	10.736
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	6.122	(1.193)	4.929
Diferimento de ganho de capital	11.320	-	11.320
Outros	44.438	-	44.438
	929.581	24.098	953.679
Líquido	(122.730)	(9.642)	(132.372)

Consolidado			
	Saldo em	Reconhecido	Saldo em
	1º.01.2019	no resultado	31.03.2019
Ativo não circulante			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	328.011	(295)	327.716
Provisões para litígios	213.898	8.335	222.233
Benefícios pós-emprego	90.712	943	91.655
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	55.576	-	55.576
Perdas de créditos esperadas	44.234	480	44.714
Amortização do direito de concessão	33.276	1.102	34.378
Provisão para P&D	24.132	(1.176)	22.956
Provisão para compra de energia	16.427	4.251	20.678
INSS - liminar sobre depósito judicial	14.277	345	14.622
Provisão para perdas tributárias	12.813	(1.094)	11.719
Provisão para participação nos lucros	6.797	2.058	8.855
Outros	25.969	(493)	25.476
	866.122	14.456	880.578
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	451.012	33.957	484.969
Custo atribuído ao imobilizado	415.326	(8.492)	406.834
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	15.980	(1.193)	14.787
Diferimento de ganho de capital	11.320	-	11.320
Atualização de depósitos judiciais	10.751	(15)	10.736
Outros	44.782	1.113	45.895
	949.171	25.370	974.541
Líquido	(83.049)	(10.914)	(93.963)
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	55.576		55.576
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(138.625)		(149.539)

11.1.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2019	104.119	(50.643)	108.551	(52.551)
2020	75.826	(67.169)	84.440	(68.768)
2021	72.307	(66.816)	80.670	(68.066)
2022	62.640	(70.305)	70.753	(71.466)
2023	61.823	(70.952)	67.691	(72.113)
2024 a 2026	161.741	(193.211)	172.122	(199.266)
2027 a 2029	282.851	(434.583)	296.351	(442.311)
	821.307	(953.679)	880.578	(974.541)

11.1.3 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31.03.2019, a UEG Araucária não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 38.600 por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

11.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	14.862	12.365	14.862	12.364
PIS/Pasep e Cofins a compensar	18.657	14.478	25.368	20.074
Outros tributos a compensar	563	562	570	571
	34.082	27.405	40.800	33.009
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	16.098	16.114	16.098	16.115
PIS/Pasep e Cofins	60.327	60.006	60.327	60.007
Outros tributos a compensar	278	292	370	378
	76.703	76.412	76.795	76.500
Passivo circulante				
ICMS a recolher	380	509	589	981
PIS/Pasep e Cofins a recolher	22.951	18.523	24.332	19.583
IRRF sobre JSCP	-	3.000	-	3.000
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	64.678	64.974	64.678	64.974
Outros tributos	2.086	3.549	7.218	8.019
	90.095	90.555	96.817	96.557
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	43.009	41.995	43.009	41.995
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	5.390	21.658	5.390	21.658
TCFRH (a)	114.874	101.821	114.874	101.821
Outros tributos	-	-	4.230	4.174
	163.273	165.474	167.503	169.648

(a) Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e do Aproveitamento de Recursos Hídricos - pagamento suspenso por liminar.

11.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Lucro antes do IRPJ e CSLL	437.968	351.829	435.048	346.966
IRPJ e CSLL (34%)	(148.909)	(119.622)	(147.916)	(117.968)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	1.298	6.916	5.920	15.374
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	(150)	(184)	(160)	(184)
Incentivos fiscais	1.864	1.702	1.864	1.702
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(6.883)	(6.875)
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	-
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	(3.911)	(6.441)
Outros	6	6	6	(12)
IRPJ e CSLL correntes	(136.249)	(150.928)	(140.166)	(153.138)
IRPJ e CSLL diferidos	(9.642)	39.746	(10.914)	38.734
Alíquota efetiva - %	33,3%	31,6%	34,7%	33,0%

12 Despesas Antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Prêmio de risco - Repactuação do Risco Hidrológico (GSF) (12.1)	7.951	9.541	7.951	9.541
Outros	4.249	5.578	6.729	6.856
	12.200	15.119	14.680	16.397
Circulante	10.610	11.939	12.982	13.217
Não circulante	1.590	3.180	1.698	3.180

12.1 Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)

A composição dos registros em 31.03.2019 é apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Amor- tização	Transfe- rências	Saldo em 31.03.2019
Prêmio de risco - ativo circulante	6.361	(1.590)	1.590	6.361
Prêmio de risco - ativo não circulante	3.180	-	(1.590)	1.590
Intangível	31.605	(1.663)	-	29.942
	41.146	(3.253)	-	37.893
Prêmio de risco a amortizar - despesa antecipada	9.541			7.951
Extensão de prazo da outorga - intangível	31.605			29.942

13 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Ativo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	393	411	418	411
Controladas				
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	7	11	-	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	12	17	-	-
Eólicas				
Contratos de Mútuo (13.1)	308.943	281.709	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura	519	757	-	-
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	5.168	7.533	5.168	7.533
Copel Renováveis S.A.	6	9	6	9
Copel Telecomunicações S.A.	22	-	22	-
Copel Comercialização S.A.	64	95	64	94
	315.134	290.542	5.678	8.047
Passivo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel				
Contratos de Mútuo (13.2)	-	-	18.982	-
Compartilhamento de Infraestrutura	1.813	2.701	2.077	3.106
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	4.060	4.710	5.314	6.151
Copel Renováveis S.A.	-	-	18.659	18.659
Copel Comercialização S.A.	3	3	3	3
	5.876	7.414	45.035	27.919
Passivo não circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	-	-	739	-
	5.876	7.414	45.774	27.919

13.1 Contratos de mútuo com a Copel GET

A Copel GET (mutuante) mantém contratos de mútuo com suas controladas (mutuárias). O limite aprovado foi de R\$ 301.526, sendo liberado R\$ 260.000, acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 114,5% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios. Em 30.04.2019 os mútuos foram quitados, exceto os mútuos com as empresas Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. e Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. que tiveram o vencimento dos contratos postergados para até 31.05.2019.

Mutuárias	Limite aprovado	Saldo a receber	
		31.03.2019	31.12.2018
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	11.960	12.448	12.223
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	11.260	11.713	11.501
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	94.754	95.447	80.751
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	10.770	11.106	7.956
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	51.350	53.844	50.532
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	75.180	78.634	73.799
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	1.845	1.464	1.438
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	10.860	11.170	10.972
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	3.650	3.755	3.690
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	12.300	12.425	12.207
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	4.865	4.012	3.943
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	9.010	9.095	8.933
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	3.722	3.830	3.764
	301.526	308.943	281.709

13.2 Contratos de mútuo com a Companhia Paranaense de Energia - Copel

Em 14.03.2019, foram assinados contratos de mútuo entre a Copel (mutuante) e as usinas eólicas (mutuárias), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa, em 30/04/2019 o mútuo foi quitado.

Consolidado Mutuárias	Limite aprovado	Despesa financeira		Saldo a pagar	
		31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.12.2018
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	8.077	4	-	6.679	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	7.529	3	-	4.970	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	11.854	1	-	7.333	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	45.500	-	700	-	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	92.700	-	1.214	-	-
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	92.000	-	1.455	-	-
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	40.700	-	461	-	-
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	110.800	-	1.550	-	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	9.700	-	89	-	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	17.400	-	124	-	-
	436.260	8	5.593	18.982	-

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Fiscais	45.763	44.695	49.991	48.861
Trabalhistas	17.517	17.839	17.517	17.839
Cíveis				
Cíveis	2.990	3.777	12.047	12.717
Servidões de passagem	1.065	1.011	1.065	1.011
	4.055	4.788	13.112	13.728
Outros	10	10	10	10
	67.345	67.332	80.630	80.438

15 Investimentos

15.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2019	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amorti- zação	Saldo em 31.03.2019
Controladas						
UEGA	222.397	(12.165)	2.216	-	-	212.448
Bela Vista	-	(64)	3.895	-	-	3.831
São Bento	191.772	(6.407)	-	-	-	185.365
São Bento - direito de autorização	77.517	-	-	-	(707)	76.810
Cutia	1.032.607	(15.400)	-	-	-	1.017.207
Cutia - direito de autorização	8.712	-	-	-	(93)	8.619
Nova Asa Branca I	52.360	2.652	-	-	-	55.012
Nova Asa Branca I - direito de autorização	48.874	-	-	-	(448)	48.426
Nova Asa Branca II	50.630	2.303	-	-	-	52.933
Nova Asa Branca II - direito de autorização	49.336	-	-	-	(451)	48.885
Nova Asa Branca III	79.715	2.369	-	-	-	82.084
Nova Asa Branca III - direito de autorização	47.565	-	-	-	(436)	47.129
Nova Eurus IV	51.335	2.890	-	-	-	54.225
Nova Eurus IV - direito de autorização	50.376	-	-	-	(461)	49.915
Santa Maria	70.575	1.054	-	-	-	71.629
Santa Maria - direito de autorização	26.039	-	-	-	(229)	25.810
Santa Helena	74.610	870	-	-	-	75.480
Santa Helena - direito de autorização	28.053	-	-	-	(248)	27.805
Ventos de Santo Uriel	28.708	929	-	-	-	29.637
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	13.190	-	-	-	(116)	13.074
Costa Oeste	71.949	2.871	-	-	-	74.820
Costa Oeste - mais valia	1.284	-	-	-	-	1.284
Costa Oeste - direito de concessão	2.962	-	-	-	(33)	2.929
Marumbi	117.217	4.458	-	-	-	121.675
Marumbi - menos valia	(5.531)	-	-	-	-	(5.531)
Marumbi - direito de concessão	1.814	-	-	-	(19)	1.795
	2.394.066	(13.640)	6.111	-	(3.241)	2.383.296
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)						
Caiuá	74.639	(554)	-	-	-	74.085
Integração Maranhense	129.684	203	-	-	-	129.887
Matrinchã	673.216	6.532	-	-	-	679.748
Guaraciaba	356.941	(1.011)	-	(34.300)	-	321.630
Paranaíba	160.584	5.556	-	-	-	166.140
Mata de Santa Genebra	484.262	4.099	40.080	-	-	528.441
Cantareira	317.522	(1.485)	-	-	-	316.037
	2.196.848	13.340	40.080	(34.300)	-	2.215.968
Coligadas						
Foz do chopim	8.227	4.073	-	-	-	12.300
	8.227	4.073	-	-	-	12.300
Adiantamento para futura aquisição de investimento	142	-	7.000	-	-	7.142
	4.599.283	3.773	53.191	(34.300)	(3.241)	4.618.706

Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Saldo em 31.03.2019
Empreendimentos controlados em conjunto (15.2)					
Caiuá	74.639	(554)	-	-	74.085
Integração Maranhense	129.684	203	-	-	129.887
Matrinchã	673.216	6.532	-	-	679.748
Guaraciaba	356.941	(1.011)	-	(34.300)	321.630
Paranaíba	160.584	5.556	-	-	166.140
Mata de Santa Genebra	484.262	4.099	40.080	-	528.441
Cantareira	317.522	(1.485)	-	-	316.037
	2.196.848	13.340	40.080	(34.300)	2.215.968
Coligadas					
GBX Tietê II S.A.	7.053	-	-	-	7.053
Foz do chopim	8.227	4.073	-	-	12.300
	15.280	4.073	-	-	19.353
Adiantamento para futura aquisição de investimento	142	-	7.000	-	7.142
	2.212.270	17.413	47.080	(34.300)	2.242.463

15.2 Controladas com participação de não controladores

15.2.1 Informações financeiras resumidas

UEG Araucária	31.03.2019
ATIVO	414.576
Ativo circulante	15.995
Ativo não circulante	398.581
PASSIVO	414.576
Passivo circulante	36.958
Passivo não circulante	27.230
Patrimônio líquido	350.388
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Custos e despesas operacionais	(20.588)
Resultado financeiro	314
Prejuízo do período	(20.274)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	(20.274)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(20.731)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.930
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(17.803)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21.516
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.713
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(17.803)

15.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social		UEG Araucária: 40%
Em 1º.01.2019		148.263
Prejuízo do período		(8.109)
Em 31.03.2019		140.154

15.3 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participação nos compromissos e passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto

	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
31.03.2019							
ATIVO	261.544	466.327	2.216.344	1.204.514	1.605.072	2.382.524	1.437.734
Ativo circulante	28.538	51.075	315.028	173.790	166.713	231.276	162.644
Caixa e equivalentes de caixa	3.766	7.222	122.315	60.816	14.466	3.179	42.422
Outros ativos circulantes	24.772	43.853	192.713	112.974	152.247	228.097	120.222
Ativo não circulante	233.006	415.252	1.901.316	1.030.724	1.438.359	2.151.248	1.275.090
PASSIVO	261.544	466.327	2.216.344	1.204.514	1.605.072	2.382.524	1.437.734
Passivo circulante	26.555	74.475	139.191	80.722	107.538	205.655	57.608
Passivos financeiros	7.436	13.247	72.336	28.447	55.995	52.788	42.902
Outros passivos circulantes	19.119	61.228	66.855	52.275	51.543	152.867	14.706
Passivo não circulante	83.798	126.776	689.914	467.402	819.410	1.122.095	735.153
Passivos financeiros	55.550	88.304	675.943	481.257	604.154	938.341	527.419
Outros passivos não circulantes	28.248	38.472	13.971	(13.855)	215.256	183.754	207.734
Patrimônio líquido	151.191	265.076	1.387.239	656.390	678.124	1.054.774	644.973
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	1.720	46.341	64.596	16.133	61.141	220.437	12.880
Custos e despesas operacionais	(1.175)	(8.913)	(8.696)	(5.445)	(8.958)	(178.588)	(927)
Resultado financeiro	(1.495)	(9.788)	(16.129)	(11.080)	(14.916)	(22.354)	(13.593)
Provisão para IR e CSLL	(183)	(27.224)	(26.441)	(1.670)	(14.591)	(11.312)	(1.391)
Lucro (prejuízo) do período	(1.133)	416	13.330	(2.062)	22.676	8.183	(3.031)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(1.133)	416	13.330	(2.062)	22.676	8.183	(3.031)
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	74.085	129.887	679.748	321.630	166.140	528.441	316.037

Em 31.03.2019, a participação da Copel GET nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 40.284 (R\$ 81.263 em 31.12.2018) e nos passivos contingentes equivale a R\$ 17.761 (R\$ 40.324 em 31.12.2018).

15.4 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado e participação nos passivos contingentes das principais coligadas

Foz do Chopim		31.03.2019
ATIVO		77.923
Ativo circulante		45.351
Ativo não circulante		32.572
PASSIVO		77.923
Passivo circulante		17.402
Passivo não circulante		26.133
Patrimônio líquido		34.388
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida		13.526
Custos e despesas operacionais		(2.091)
Resultado financeiro		466
Provisão para IR e CSLL		(513)
Lucro líquido do período		11.388
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do período		11.388
Participação na coligada - %		35,77
Valor contábil do investimento		12.300

Em 31.03.2019, não há participação da Copel GET em passivos contingentes da sua principal coligada.

16 Imobilizado

16.1 Imobilizado por classe de ativos

Controladora	31.03.2019			31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.372.597	(4.130.400)	3.242.197	6.321.384	(4.093.350)	2.228.034
Máquinas e equipamentos	3.214.628	(1.673.318)	1.541.310	2.718.177	(1.658.104)	1.060.073
Edificações	2.205.642	(976.774)	1.228.868	1.290.577	(964.019)	326.558
Terrenos	433.319	(17.306)	416.013	340.258	(16.115)	324.143
Veículos e aeronaves	42.949	(38.156)	4.793	42.938	(37.335)	5.603
Móveis e utensílios	9.846	(7.675)	2.171	9.835	(7.660)	2.175
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(713.247)	-	(713.247)	(3.489)	-	(3.489)
(-) Obrigações especiais	(67)	28	(39)	(67)	26	(41)
	12.565.667	(6.843.601)	5.722.066	10.719.613	(6.776.557)	3.943.056
Em curso						
Custo	758.657	-	758.657	3.297.257	-	3.297.257
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(235.441)	-	(235.441)	(945.199)	-	(945.199)
	523.216	-	523.216	2.352.058	-	2.352.058
	13.088.883	(6.843.601)	6.245.282	13.071.671	(6.776.557)	6.295.114

Consolidado	31.03.2019			31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.372.597	(4.130.400)	3.242.197	6.321.384	(4.093.350)	2.228.034
Máquinas e equipamentos	6.158.561	(2.206.490)	3.952.071	4.067.546	(2.163.768)	1.903.778
Edificações	2.537.906	(1.011.467)	1.526.439	1.431.028	(996.001)	435.027
Terrenos	448.368	(17.306)	431.062	355.307	(16.115)	339.192
Veículos e aeronaves	42.949	(38.156)	4.793	42.938	(37.335)	5.603
Móveis e utensílios	10.210	(7.796)	2.414	10.198	(7.775)	2.423
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(935.415)	-	(935.415)	(3.489)	-	(3.489)
(-) Obrigações especiais	(67)	28	(39)	(67)	26	(41)
	15.635.109	(7.411.587)	8.223.522	12.224.845	(7.314.317)	4.910.527
Em curso						
Custo	1.372.116	-	1.372.116	5.671.012	-	5.671.012
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(271.996)	-	(271.996)	(1.197.694)	-	(1.197.694)
	1.100.120	-	1.100.120	4.473.318	-	4.473.318
	16.735.229	(7.411.587)	9.323.642	16.698.163	(7.314.317)	9.383.845

16.2 Mutações do imobilizado

Controladora	Saldo em	Aquisições/	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em
	1º.01.2019	Impairment				31.03.2019
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.228.034	-	(37.087)	(1)	1.051.251	3.242.197
Máquinas e equipamentos	1.060.073	-	(19.326)	(160)	500.723	1.541.310
Edificações	326.558	-	(9.791)		912.101	1.228.868
Terrenos	324.143	-	(1.191)		93.061	416.013
Veículos e aeronaves	5.603	-	(1.060)	(54)	304	4.793
Móveis e utensílios	2.175	-	(63)	(5)	64	2.171
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (16.7)	(3.489)	-	-	-	(709.758)	(713.247)
(-) Obrigações especiais	(41)	-	2			(39)
	3.943.056	-	(68.516)	(220)	1.847.746	5.722.066
Em curso						
Custo	3.297.257	18.788	-	(33)	(2.557.355)	758.657
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (16.7)	(945.199)	-	-	-	709.758	(235.441)
	2.352.058	18.788	-	(33)	(1.847.597)	523.216
	6.295.114	18.788	(68.516)	(253)	149	6.245.282

Consolidado	Saldo em	Aquisições/	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em
	1º.01.2019	Impairment				31.03.2019
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.228.034	-	(37.087)	(1)	1.051.251	3.242.197
Máquinas e equipamentos	1.903.778	-	(46.835)	(160)	2.095.288	3.952.071
Edificações	435.027	-	(12.501)	-	1.103.913	1.526.439
Terrenos	339.192	-	(1.191)	-	93.061	431.062
Veículos e aeronaves	5.603	-	(1.060)	(54)	304	4.793
Móveis e utensílios	2.423	-	(68)	(5)	64	2.414
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(3.489)	-	-	-	(931.926)	(935.415)
(-) Obrigações especiais	(41)	-	2	-	-	(39)
	4.910.527	-	(98.740)	(220)	3.411.955	8.223.522
Em curso						
Custo	5.671.012	44.883	-	(47)	(4.343.732)	1.372.116
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (16.7)	(1.197.694)	(6.228)	-	-	931.926	(271.996)
	4.473.318	38.655	-	(47)	(3.411.806)	1.100.120
	9.383.845	38.655	(98.740)	(267)	149	9.323.642

16.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no imobilizado durante o primeiro trimestre de 2019 totalizaram R\$ 1.169, à taxa média de 0,03% a.a. (R\$ 1.297, à taxa média de 0,04% a.a., durante o primeiro trimestre de 2018).

16.4 UHE Colíder

Em 09.03.2019 e 07.05.2019, entraram em operação comercial, respectivamente, duas unidades geradoras da usina, conforme Despachos Aneel nº(s) 673/2019 e 1.273/2019, ambas com 100 MW de potência instalada. A terceira e última unidade geradora tem previsão de entrada durante o segundo semestre de 2019.

Em decorrência de caso fortuito e de força maior a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Copel GeT protocolou na Aneel pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida fosse postergado, o qual foi negado pela agência. A Copel GeT então protocolou, em 18.12.2017, ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da Agência e, em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu integralmente a antecipação de tutela recursal requerida pela Copel GeT no Agravo de Instrumento para isentá-la de quaisquer ônus, encargos ou restrições a direito decorrentes do deslocamento do cronograma de implantação da UHE Colíder.

Após o início parcial da operação comercial, em março de 2019, a usina atendeu seu contrato de venda de energia com geração própria no montante de 41,1 MW médios de um total contratado de 125 MW. Para os períodos anteriores o contrato foi cumprido conforme descrito a seguir:

- de janeiro de 2015 a maio de 2016, com sobras de energia descontratada em suas demais usinas;
- em junho de 2016, com redução parcial por meio de acordo bilateral;
- de julho de 2016 a dezembro de 2018, com redução da totalidade dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, por meio de acordo bilateral, e com participação no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit de Energia Nova - MCSD-EN; e
- de janeiro a março de 2019, os contratos firmados em ambiente regulado passaram a estar vigentes novamente, no entanto a entrega de energia continuou suspensa, tendo em vista a liminar obtida pela Administração.

Em virtude do não julgamento do mérito da ação, foram reconhecidos no resultado do trimestre os efeitos contratuais tanto da receita, quanto do custo da energia para cobertura de seu lastro.

16.5 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado referentes às participações da Copel GeT em consórcios estão demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	31.03.2019	31.12.2018
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada		3,43	(183.910)	(176.546)
Em curso			22.738	22.738
			698.745	706.109
UHE Baixo Iguaçu (16.5.1)	30,0			
Em serviço			723.271	-
(-) Depreciação Acumulada		3,27	(1.971)	-
Em curso			-	717.599
			721.300	717.599
			1.420.045	1.423.708

16.5.1 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - Cebi

A Copel Get detém 30% de participação no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - Cebi. O consórcio tem o objetivo de construir e explorar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada de 350,2 MW e garantia física de 171,3 MW médios localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná. A usina encontra-se 100% em operação comercial, tendo o início da geração comercial das unidades 1 e 2 ocorrido em fevereiro de 2019 e da unidade 3 em abril de 2019.

16.6 **Construção do empreendimento eólico Cutia**

O empreendimento eólico Cutia, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, está dividido em dois grandes complexos:

- Complexo Cutia, composto por sete parques eólicos (Guajiru, Jangada, Potiguar, Cutia, Maria Helena, Esperança do Nordeste e Paraíso dos Ventos do Nordeste), com 180,6 MW de capacidade total instalada e 71,4 MW médios de garantia física. Todos os parques eólicos encontram-se em operação comercial.
- Complexo Bento Miguel: composto por seis parques eólicos (São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e São Miguel III) com 132,3 MW de capacidade total instalada e 58,7 MW médios de garantia física. Todos os parques eólicos encontram-se em operação comercial.

16.7 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (impairment) de ativos do segmento de geração

Em 31.03.2019, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Controladora	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.361.250	(8.338)	(731.265)	1.621.647
Consórcio Tapajós (a)	14.464	-	(14.464)	-
Usinas no Paraná	981.171	(47.374)	(202.959)	730.838
	3.356.885	(55.712)	(948.688)	2.352.485

(a) Projeto em desenvolvimento

Consolidado	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.361.250	(8.338)	(731.265)	1.621.647
Complexo Eólico Cutia	1.249.053	(10.355)	(171.352)	1.067.346
Complexo Eólico Bento Miguel	868.402	(4.620)	(87.372)	776.410
Consórcio Tapajós (a)	14.464	-	(14.464)	-
Usinas no Paraná	981.171	(47.374)	(202.958)	730.839
	5.474.340	(70.687)	(1.207.411)	4.196.242

(a) Projeto em desenvolvimento

No primeiro trimestre de 2019 o saldo de *impairment* sofreu as seguintes movimentações:

Controladora	Saldo em 1º.01.2019	Impairment	Saldo em 31.03.2019
Em serviço			
UHE Colíder	-	(597.001)	(597.001)
Usinas no Paraná	(3.489)	(112.757)	(116.246)
	(3.489)	(709.758)	(713.247)
Em curso			
UHE Colíder	(731.265)	597.001	(134.264)
Consórcio Tapajós	(14.464)	-	(14.464)
Usinas no Paraná	(199.470)	112.757	(86.713)
	(945.199)	709.758	(235.441)
	(948.688)	-	(948.688)

Consolidado	Saldo em 1º.01.2019	Impairment	Saldo em 31.03.2019
Em serviço			
UHE Colíder	-	(597.001)	(597.001)
Complexo Eólico Cutia	-	(148.513)	(148.513)
Complexo Eólico Bento Miguel	-	(73.655)	(73.655)
Usinas no Paraná	(3.489)	(112.757)	(116.246)
	(3.489)	(931.926)	(935.415)
Em curso			
UHE Colíder	(731.265)	597.001	(134.264)
Complexo Eólico Cutia	(167.875)	145.036	(22.839)
Complexo Eólico Bento Miguel	(84.621)	70.904	(13.717)
Consórcio Tapajós	(14.464)	-	(14.464)
Usinas no Paraná	(199.469)	112.757	(86.712)
	(1.197.694)	925.698	(271.996)
	(1.201.183)	(6.228)	(1.207.411)

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Contratos de concessão/autorização de geração (17.1)	64.302	66.322	415.493	420.754
Outros intangíveis (17.2)	20.283	19.372	20.395	19.499
	84.585	85.694	435.888	440.253

17.1 Contratos de concessão de geração

Controladora	Contrato de concessão (a)		Total
	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2019	66.322	-	66.322
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(2.020)	-	(2.020)
Em 31.03.2019	64.302	-	64.302

Consolidado	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização	Total
	em serviço	em curso		
Em 1º.01.2019	66.322	-	354.432	420.754
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(2.020)	-	(3.241)	(5.261)
Em 31.03.2019	64.302	-	351.191	415.493

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

17.2 Outros intangíveis

Controladora	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2019	7.026	12.346	19.372
Aquisições	-	1.534	1.534
Capitalizações para intangível em serviço	1.172	(1.172)	-
Quotas de amortização (a)	(623)	-	(623)
Em 31.03.2019	7.575	12.708	20.283

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2019	7.115	12.384	19.499
Aquisições	-	1.534	1.534
Capitalizações para intangível em serviço	1.172	(1.172)	-
Quotas de amortização (a)	(638)	-	(638)
Em 31.03.2019	7.649	12.746	20.395

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

17.1 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Não foram capitalizados custos de empréstimos, financiamentos e debêntures no intangível durante o primeiro trimestre de 2019.

18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	7.913	15.244	8.118	15.511
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	7.969	8.011	8.023	8.067
	15.882	23.255	16.141	23.578
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	-	-	42	67
Férias	26.547	26.795	26.700	26.953
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	25.399	19.395	25.399	19.395
Programa de desligamentos voluntários	449	777	449	777
Outros	94	1	94	1
	52.489	46.968	52.684	47.193
	68.371	70.223	68.825	70.771

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Energia elétrica	1.958	1.495	121.980	115.726
Materiais e serviços	116.470	136.912	137.864	186.445
Encargos de uso da rede elétrica	76.880	63.572	81.295	74.101
	195.308	201.979	341.139	376.272
Circulante	185.374	192.045	303.726	341.224
Não circulante	9.934	9.934	37.413	35.048

20 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Pagamento de encargos	Valor do contrato	Consolidado		
								31.03.2019	31.12.2018	
BNDES										
(1) 820989.1	Copel GeT	17.03.2009	179	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	Mensal	169.500	104.667	107.326	
(2) 1120952.1-A	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	Mensal	42.433	22.374	23.098	
(3) 1120952.1-B	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	Mensal	2.290	1.207	1.246	
(4) 1220768.1	Copel GeT	28.09.2012	192	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	Mensal	73.122	49.845	50.908	
(5) 13211061	Copel GeT	04.12.2013	192	15.10.2031	0% e 1,49% acima da TJLP	Mensal	1.041.155	843.570	841.871	
(6) 13210331	Copel GeT	03.12.2013	168	15.08.2028	1,49% e 1,89% acima da TJLP	Mensal	17.644	12.367	12.659	
(7) 15206041	Copel GeT	28.12.2015	168	15.06.2030	2,42% acima da TJLP	Mensal	34.265	23.531	23.984	
(8) 15205921	Copel GeT	28.12.2015	168	15.12.2029	2,32% acima da TJLP	Mensal	21.584	14.230	14.518	
(9) 18205101	Copel GeT	22.11.2018	192	15.06.2035	1,94% a.a acima da TJLP	Mensal	194.000	162.191	158.659	
(10) 14.2.1271.1	Santa Maria	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% acima da TJLP	Mensal	71.676	47.312	48.125	
(10) 14.2.1272.1	Santa Helena	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% acima da TJLP	Mensal	82.973	51.306	52.188	
(11) 11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% acima da TJLP	Mensal	54.100	44.310	45.158	
(11) 11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% acima da TJLP	Mensal	40.050	32.759	33.385	
(11) 11211541	GE S.B. do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% acima da TJLP	Mensal	90.900	74.293	75.715	
(11) 11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% acima da TJLP	Mensal	97.000	79.344	80.863	
(12) 18204611	Cutia	25.10.2018	192	15.07.2035	2,04% acima da TJLP	Mensal	619.405	516.910	505.368	
(13) 13212221 - A	Costa Oeste	03.12.2013	168	30.11.2028	1,95% + TJLP	Mensal	23.634	20.813	21.291	
(14) 13212221 - B	Costa Oeste	03.12.2013	106	30.09.2023	3,5%	Mensal	9.086	3.591	3.789	
(15) 14205851 - A	Marumbi	08.07.2014	168	30.06.2029	2,00% + TJLP	Mensal	33.460	26.563	27.134	
(16) 14205851 - B	Marumbi	08.07.2014	106	30.04.2024	6,0%	Mensal	21.577	11.513	12.076	
								2.142.696	2.139.361	
(17) Notas Promissórias	Copel GeT	12.05.2017	1	12.05.2019	117% do DI	Parcela única	500.000	582.378	571.822	
								582.378	571.822	
Banco do Brasil Repasse BNDES										
(18) 21/02000-0	Copel GeT	16.04.2009	179	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	Mensal	169.500	104.668	107.324	
								104.668	107.324	
Total moeda nacional								2.829.742	2.818.507	
								2.829.742	2.818.507	
								Circulante	766.498	737.766
								Não circulante	2.063.244	2.080.741

- (1) (18) Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.
- (2) Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.
- (3) Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima.
- (4) Implantação da PCH Cavernoso II.
- (5) Implantação da UHE Colíder e sistema de transmissão associado.
- (6) Implantação da Subestação Cerquillo III em 230/138kV.
- (7) Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.
- (8) Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim C2.
- (9) Implantação da UHE Baixo Iguaçu e sistema de transmissão associado.
- (10) (11) (12) Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
- (13) Implantação de Linha de Transmissão 230 kV entre a SE Cascavel Oeste e a SE Umuarama Sul e implantação da SE Umuarama Sul 230/138 kV.
- (14) Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para implantação do empreendimento descrito acima.
- (15) Implantação de Linha de Transmissão 525 kV entre a SE Curitiba e a SE Curitiba Leste e implantação da SE Curitiba Leste 525/230 kV.
- (16) Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para implantação do empreendimento descrito acima.
- (17) Pagamento da primeira parcela de debêntures da Copel e reforço de caixa da Copel Get.

Garantias

- (1) (4) (18) Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.
- (2) (3) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão.
- (5) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2011MME-UHE Colíder e cessão fiduciária em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) celebrado entre Copel e BRF - Brasil Foods S.A.
- (6) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 015/2010, celebrado entre Copel e União Federal.
- (7) Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão nº 002/2013-Aneel.
- (8) Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão nº 022/2012-Aneel.
- (9) Cessão fiduciária, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.65, (i) de sua quota de participação nos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de Energia Elétrica nº 02/2012-MME-UHE Baixo Iguaçu, de 20 de agosto de 2012.
- (10) Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Energia Reserva nº 153/2011; cessão fiduciária de receitas decorrentes do projeto.
- (11) Penhor de ações (GE Farol, GE Boa Vista, GE S.B.Norte and GE Olho D'Água); cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.
- (12) Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (13) (14) Cessão Fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão 001/2012 e 100% das ações penhoradas em favor do BNDES até a quitação do empréstimo.
- (15) (16) Cessão Fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão 008/2012 e 100% das ações penhoradas em favor do BNDES até a quitação do empréstimo.
- (17) Aval da Copel.

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Consolidado		31.03.2019	%	31.12.2018	%
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
CDI	6,40	582.378	20,58	571.822	20,29
TJLP	7,03	2.232.260	78,89	2.230.820	79,15
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	15.104	0,53	15.865	0,56
		2.829.742	100,00	2.818.507	100,00
		2.829.742	100,00	2.818.507	100,00

20.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.03.2019	Controladora		Consolidado	
	Moeda nacional	Total	Moeda nacional	Total
2020	85.017	85.017	135.793	135.793
2021	113.356	113.356	181.060	181.060
2022	113.356	113.356	181.060	181.060
2023	113.356	113.356	180.866	180.866
2024	113.356	113.356	178.797	178.797
Após 2024	684.613	684.613	1.205.668	1.205.668
	1.223.054	1.223.054	2.063.244	2.063.244

20.3 Mutações de empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	1.913.415	2.818.507
Ingressos	16.103	16.103
Encargos	35.458	53.577
Variação monetária	3.232	5.291
Amortização - principal	(25.661)	(34.699)
Pagamento - encargos	(21.519)	(29.037)
Em 31.03.2019	1.921.028	2.829.742

20.4 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2018, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 31.03.2019, todos os demais indicadores e condições acordadas foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
	Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá		
	3ª Emissão de Notas promissórias	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado (a)	≤ 3,5
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
	GE Boa Vista S.A.		
	GE Farol S.A.		
	GE Olho D'Água S.A.		
	GE São Bento do Norte S.A.		
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) o indicador financeiro é calculado com os valores de sua controladora (Copel)

21 Debêntures

Emissão	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado		
				inicial	final			31.03.2019	31.12.2018	
(1)	1ª	Copel GeT	15.05.2015	3	15.05.2018	15.05.2020	113,0% da taxa DI	1.000.000	707.477	695.328
(2)	2ª	Copel GeT	13.07.2016	2	13.07.2018	13.07.2019	121,0% da taxa DI	1.000.000	525.681	514.993
(3)	3ª	Copel GeT	20.10.2017	3	20.10.2020	20.10.2022	126,0% da taxa DI	1.000.000	1.023.803	1.003.715
(4)	4ª	Copel GeT	23.07.2018	3	23.07.2021	23.07.2023	126,0% da taxa DI	1.000.000	999.951	1.017.858
(5)	5ª	Copel GeT	25.09.2018	5	15.09.2021	15.09.2025	IPCA + 7,6475%	290.000	286.147	286.199
(6)	2ª	(a)	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	TJLP + 2,02%	147.575	126.241	128.243
(7)	2ª	(a)	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	IPCA + 9,87%	153.258	139.045	140.043
								3.808.345	3.786.379	
								Circulante	970.192	950.128
								Não circulante	2.838.153	2.836.251

(a) Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.

Características

- (1) (2) (3) (4) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.
- (5) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476.
- (6) Debêntures simples, 1ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.
- (7) Debêntures simples, 2ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

Pagamento de encargos financeiros

- (1) Juros anuais - maio.
- (2) Juros anuais - julho.
- (3) Juros semestrais - abril e outubro.
- (4) Juros semestrais - janeiro e julho.
- (5) Juros semestrais - março e setembro.
- (6) (7) Juros mensais.

Destinação

- (1) (2) (3) Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.
- (4) Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e pagamento parcial da 1ª primeira parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.
- (5) Reembolso de gastos relacionados ao Projeto de construção das Linhas de Transmissão - Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.
- (6) (7) Implantação de centrais eólicas e sistemas de transmissão associados.

Garantias

- (1) (2) (3) (4) (5) Fidejussória.
- (6) (7) Real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão.

Interveniente garantidora

- (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) Copel.

Agente fiduciário

21.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.03.2019	Controladora	Consolidado
2020	662.682	677.548
2021	715.602	735.424
2022	715.602	735.424
2023	385.689	405.511
2024	57.057	76.879
Após 2024	57.056	207.367
	2.593.688	2.838.153

21.2 Mutações das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	3.518.093	3.786.379
Encargos e variação monetária	72.464	79.983
Amortização - principal	-	(4.955)
Pagamento - encargos	(47.498)	(53.062)
Em 31.03.2019	3.543.059	3.808.345

21.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores.

Em 31.12.2018, as controladas Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A, Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A, Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A, Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A e Ventos de Santo Uriel não atenderam ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,3, ao calcular o índice sem considerar o valor do ressarcimento junto a fornecedores de bens (NE 30.6 - a das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018). A Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 28.12.2018, carta do BNDES, com a referência AE/DEENE2 nº 101/2018, não declarando o vencimento antecipado da escritura de debêntures para o ano de 2018. Exceto pelo exposto anteriormente, em 31.12.2018, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos.

Em 31.03.2019, todos os demais indicadores e condições acordadas foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	1ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado (a) Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
	2ª Emissão de Debêntures		
	3ª Emissão de Debêntures		
	4ª Emissão de Debêntures		
	5ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

(a) o indicador financeiro é calculado com os valores de sua controladora (Copel)

22 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

22.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável – CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Controladora.

22.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

22.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Planos previdenciários	20	158	20	158
Planos assistenciais	269.572	266.800	270.040	267.250
	269.592	266.958	270.060	267.408
Circulante	15.532	14.847	15.532	14.847
Não circulante	254.060	252.111	254.528	252.561

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Empregados				
Planos previdenciários	5.080	5.202	5.252	5.351
Plano assistencial - pós-emprego	6.659	6.293	6.678	6.318
Plano assistencial - funcionários ativos	4.838	4.576	4.872	4.608
(-) Transferências para imobilizado em curso	(1.268)	(1.034)	(1.268)	(1.034)
	15.309	15.037	15.534	15.243
Administradores				
Planos previdenciários	26	80	28	82
Plano assistencial	2	5	2	5
	28	85	30	87
	15.337	15.122	15.564	15.330

22.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	266.958	267.408
Apropriação do cálculo atuarial	6.659	6.677
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	9.125	9.190
Amortizações	(13.150)	(13.215)
Em 31.03.2019	269.592	270.060

23 Encargos Setoriais a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.333	3.471	1.333	3.471
Reserva global de reversão - RGR	5.744	6.073	5.916	6.323
	7.077	9.544	7.249	9.794

24 Pesquisa e Desenvolvimento

24.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Controladora	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em	Saldo em
				31.03.2019	31.12.2018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	1.879	-	1.879	1.886
MME	-	940	-	940	943
P&D	54.205	-	67.514	121.719	117.634
	54.205	2.819	67.514	124.538	120.463
	54.205	2.819	67.514	124.538	120.463
			Circulante	66.211	66.221
			Não circulante	58.327	54.242

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.03.2019	Saldo em 31.12.2018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	1.902	-	1.902	1.910
MME	-	949	-	949	953
P&D	73.619	-	67.313	140.932	136.812
	73.619	2.851	67.313	143.783	139.675
	73.619	2.851	67.313	143.783	139.675
			Circulante	66.790	66.767
			Não circulante	76.993	72.908

24.2 Mutações dos saldos de P&D

Controladora	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2019	1.886	943	117.634	120.463
Constituições	3.085	1.543	3.085	7.713
Juros Selic (NE nº 32)	-	-	1.000	1.000
Recolhimentos	(3.092)	(1.546)	-	(4.638)
Em 31.03.2019	1.879	940	121.719	124.538

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2019	1.910	953	136.812	139.675
Constituições	3.113	1.557	3.112	7.782
Juros Selic (NE nº 32)	-	-	1.008	1.008
Recolhimentos	(3.121)	(1.561)	-	(4.682)
Em 31.03.2019	1.902	949	140.932	143.783

25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	31.03.2019	31.12.2018
(1) UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	16.773	16.709
(2) UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	24.010	23.864
(3) UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	7.463	7.412
(4) UHE Derivação Rio Jordão	Copel GeT	11.07.2013	24.02.2014	02.2019	7,74% a.a.	IPCA	-	47
							48.246	48.032
						Circulante	5.529	5.045
						Não circulante	42.717	42.987

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão.

25.1 Mutação de contas a pagar vinculadas   concessão

Controladora e Consolidado		Total
Em 1^o.01.2019		48.032
Ajuste a valor presente		(217)
Varia�o monet�ria		949
Pagamentos		(518)
Em 31.03.2019		48.246

26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Com a ado o do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

26.1 Direito de uso de ativos

Controladora	Ado�o inicial em	Adi�es	Amortiza�o	Saldo em
	1^o.01.2019			31.03.2019
Im�veis	12.312	142	(1.592)	10.862
Ve�culos	17.524	-	(949)	16.575
	29.836	142	(2.541)	27.437

Consolidado	Ado�o inicial em	Adi�es	Amortiza�o	Saldo em
	1^o.01.2019			31.03.2019
Im�veis	14.823	142	(1.638)	13.327
Ve�culos	17.590	-	(960)	16.630
	32.413	142	(2.598)	29.957

26.2 Passivo de arrendamentos

26.2.1 Muta o do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Ado�o inicial em 1^o.01.2019	29.836	32.413
Adi�es	142	142
Encargos	638	666
Pagamento - principal	(2.256)	(2.281)
Pagamento - encargos	(637)	(665)
Em 31.03.2019	27.723	30.275

A taxa de desconto em 31.03.2019   de 9,10% a.a.

26.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.03.2019		
	Controladora	Consolidado
2020	7.491	7.786
2021	4.494	4.832
2022	4.550	4.882
2023	1.314	1.636
2024	105	331
Após 2024	-	525
	17.954	19.992

26.3 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 31.6). O saldo de compromissos de arrendamentos aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	31.03.2019			
	6.543	27.965	171.048	205.556

27 Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	25.170	24.314	25.170	24.314
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	15.363	19.793	15.363	19.793
Cauções em garantia	1.482	1.864	1.483	1.865
Aquisição de investimentos	6.227	19.462	19.163	32.200
Outras obrigações	3.417	3.017	25.443	24.046
	51.659	68.450	86.622	102.218
	Circulante	26.469	44.071	35.398
	Não circulante	25.190	24.379	51.224
			51.224	50.364

28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 4.10 das demonstrações financeiras de 31.12.2018 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem

na data da elaboração das informações trimestrais, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

28.1 Provisões para litígios

28.1.1 Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Controladora	Resultado							Saldo em 31.03.2019
	Saldo em 1º.01.2019	Provisões para litígios		Custo de construção	Adições no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros	
		Adições	Reversões	Adições/(Rev.)				
Fiscais (a)	5.843	-	(2.667)	-	-	-	2.696	5.872
Trabalhistas (b)	142.873	6.002	-	-	-	(1.912)	-	146.963
Benefícios a empregados (c)	19.254	1.584	-	-	-	(642)	-	20.196
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo (d)	190.787	7.571	-	-	-	-	-	198.358
Servidões de passagem (e)	96.890	-	(1.923)	(604)	37	37	-	94.437
Desapropriações e patrimoniais (f)	116.048	85	(4.501)	1.114	(8.006)	(9)	-	104.731
Ambientais (g)	1.701	-	(49)	-	-	-	-	1.652
	405.426	7.656	(6.473)	510	(7.969)	28	-	399.178
Regulatórias (h)	24.206	20	-	-	-	-	-	24.226
	597.602	15.262	(9.140)	510	(7.969)	(2.526)	2.696	596.435

Consolidado	Resultado							Saldo em 31.03.2019
	Saldo em 1º.01.2019	Provisões para litígios		Custo de construção	Adições no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros	
		Adições	Reversões	Adições/(Rev.)				
Fiscais (a)	16.715	-	(2.667)	-	-	-	2.696	16.744
Trabalhistas (b)	142.888	6.003	-	-	-	(1.912)	-	146.979
Benefícios a empregados (c)	19.254	1.584	-	-	-	(642)	-	20.196
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo (d)	190.802	7.571	-	-	-	-	-	198.373
Servidões de passagem (e)	104.530	181	(1.923)	(604)	37	(89)	-	102.132
Desapropriações e patrimoniais (f)	116.048	85	(4.501)	1.114	(8.006)	(9)	-	104.731
Ambientais (g)	1.701	-	(49)	-	-	-	-	1.652
	413.081	7.837	(6.473)	510	(7.969)	(98)	-	406.888
Regulatórias (h)	24.206	20	-	-	-	-	-	24.226
	616.144	15.444	(9.140)	510	(7.969)	(2.652)	2.696	615.033

28.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.

O saldo apresentado na coluna de transferências, na Controladora, refere-se ao litígio que estava na rubrica outras obrigações fiscais e que foi reclassificado para a rubrica de Provisões para litígios e, concomitantemente, revertido com contrapartida no resultado, na rubrica de provisões e reversões, com base na nova avaliação dos assessores legais sobre o processo. No saldo consolidado estão contidos, ainda, os valores de passivos contingentes adicionados em decorrência da combinação de negócios.

b) Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Companhia e de suas controladas contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Cíveis e direito administrativo

Ações que envolvem faturamento, contratos administrativos e multas contratuais e indenizações.

O saldo apresentado na coluna de transferências refere-se ao litígio que estava na rubrica de Fornecedores e que foi reclassificado para a rubrica de Provisões para litígios e, concomitantemente, revertido com contrapartida no resultado, na rubrica de provisões e reversões, com base na nova avaliação dos assessores legais sobre o processo.

A principal ação está descrita a seguir:

Autor: Tradener Ltda.

Valor estimado: R\$ 132.047

A ação popular nº 588/2006 já transitou em julgado e a decisão reconheceu como válida as comissões devidas pela Companhia à Tradener. Na ação civil pública nº 0000219-78.2003.8.16.0004, ajuizada pelo Ministério Público, também há decisão no sentido da ausência de irregularidades no contrato de comercialização de energia. Diante disso, a Tradener ajuizou ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões.

Situação atual: processo nº 0005990.22.2012.8.16.0004 - a Companhia foi condenada ao pagamento das comissões no valor atualizado de R\$ 107.955, atualizado pelo INPC/IBGE a partir do vencimento das comissões, acrescido de juros de 1% ao mês, contados da citação (31.10.2012) e honorários. A Companhia recorreu, porém, em 08.11.2016, o Tribunal negou provimento à apelação. A Companhia opôs recurso de Embargos de Declaração que foi conhecido e parcialmente provido para sanar obscuridade, porém sem alterar o resultado da apelação. A Copel GET interpôs Recurso Especial, cujo seguimento foi negado. A Copel GET interpôs Agravo ao Superior Tribunal de Justiça, que se encontra pendente de julgamento. O Agravo interposto pela Companhia foi desprovido. Oposto Embargos de Declaração. Aguardando Julgamento.

e) Servidões de passagem

As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras).

Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

f) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula etc.).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros nas áreas de propriedade da Companhia. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.

As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Proprietário de imóvel **Valor estimado:** R\$ 40.470

Ação de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica que se discute o valor da indenização.

Situação atual: ação pendente de julgamento em 2º grau de jurisdição.

Autor: proprietário de imóvel **Valor estimado:** R\$ 9.459

Ação de desapropriação de área utilizada para o reservatório da Usina Mauá proposta pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, que a Copel GeT participa com o percentual de 51%, onde se discute o valor da indenização do imóvel que está em parte submerso.

Situação atual: Decisão de segunda instância, houve a interposição de embargos de declaração, os quais ainda não foram julgados. Após o julgamento dos embargos será interposto recurso especial na tentativa de modificar a decisão.

g) Ambientais

Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.

h) Regulatórias

A Companhia discuti, nas esferas administrativa e judicial, notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. A principal ação está descrita a seguir:

Autores: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.

Valor estimado: R\$ 23.461.

A Companhia discuti ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002, envolvendo as empresas citadas.

Situação atual: aguardando julgamento.

28.2 Passivo contingente

28.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir, informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia e de suas controladas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Fiscais (a)	71.772	69.979	108.916	105.980
Trabalhistas (b)	57.467	56.248	58.245	57.026
Benefícios a empregados (c)	4.394	4.320	4.394	4.320
Cíveis (d)	446.608	419.121	449.624	422.039
Regulatórias (e)	110.909	110.774	110.909	110.774
	691.150	660.442	732.088	700.139

28.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute sua incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. A principal ação está descrita a seguir:

Autor(es): Prefeituras Municipais

Valor estimado: R\$ 57.546

Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

Situação atual: aguardando julgamento de recurso

b) Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Companhia e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Cíveis

Ações que envolvem, contratos administrativos e multa contratual, indenização, servidões de passagem, desapropriações, patrimoniais e ambientais.

No saldo está contido, ainda, valor relativo a discussão em arbitragem protegida por sigilo e confidencialidade, em fase de instrução probatória, sem decisão proferida.

As principais ações estão descritas a seguir:

Autor: Mineradora Tibagiana Ltda.

Valor estimado: R\$ 177.066

Ação para indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel GeT participa com o percentual de 51%, em que se discute judicialmente a validade da autorização de lavra de mineração da Mineradora Tibagiana no local da UHE Mauá e efeitos indenizatórios dela decorrentes.

Situação atual: ação pendente de julgamento em 1º grau de jurisdição.

e) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judiciais notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.03.2019, monta a R\$ 5.528.226 (R\$ 5.528.226 em 31.12.2018), composto por 5.528.226.052 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel.

29.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2019	796.442	796.442
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(24.976)	(24.976)
Tributos sobre a realização dos ajustes	8.492	8.492
Em 31.03.2019	779.958	779.958

29.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	31.03.2019	31.03.2018
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora:		
Ações ordinárias	292.077	240.647
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	5.528.226.052	5.464.977.448
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,05283	0,04403

30 Receita Operacional Líquida

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 31.03.2019
Fornecimento de energia elétrica	191.936	(17.351)	(4.353)	(4.166)	-	166.066
Industrial	191.936	(17.351)	(4.353)	(4.166)	-	166.066
Suprimento de energia elétrica	587.095	(47.689)	-	(12.283)	-	527.123
Contratos bilaterais	340.491	(31.495)	-	(7.676)	-	301.320
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	100.357	(3.455)	-	(2.263)	-	94.639
CCEAR (leilão)	103.984	(9.619)	-	(2.344)	-	92.021
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	25.540	-	-	-	-	25.540
Regime de cotas	16.723	(3.120)	-	-	-	13.603
Disponibilidade da rede elétrica	160.955	(12.132)	-	(6.016)	-	142.807
Receita de operação e manutenção - O&M	61.979	(4.672)	-	(2.316)	-	54.991
Receita de juros efetivos	98.976	(7.460)	-	(3.700)	-	87.816
Receita de construção	64.323	-	-	-	-	64.323
Outras receitas operacionais	20.507	(1.773)	-	-	(1.029)	17.705
Arrendamentos e aluguéis	304	(26)	-	-	-	278
Renda da prestação de serviços	20.203	(1.747)	-	-	(1.029)	17.427
	1.024.816	(78.945)	(4.353)	(22.465)	(1.029)	918.024

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 31.03.2018
Fornecimento de energia elétrica	173.817	(15.712)	(3.957)	(4.081)	-	150.067
Industrial	173.817	(15.712)	(3.957)	(4.081)	-	150.067
Suprimento de energia elétrica	584.421	(42.852)	-	(12.982)	-	528.587
Contratos bilaterais	320.419	(29.639)	-	(7.592)	-	283.188
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	178.237	(5.677)	-	(4.223)	-	168.337
CCEAR (leilão)	49.224	(4.553)	-	(1.167)	-	43.504
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	20.624	-	-	-	-	20.624
Regime de cotas	15.917	(2.983)	-	-	-	12.934
Disponibilidade da rede elétrica	159.349	(15.391)	-	(3.692)	-	140.266
Receita de operação e manutenção - O&M	94.890	(9.165)	-	(2.199)	-	83.526
Receita de juros efetivos	64.459	(6.226)	-	(1.493)	-	56.740
Receita de construção	43.212	-	-	-	-	43.212
Outras receitas operacionais	12.908	(1.194)	-	-	(580)	11.134
Arrendamentos e aluguéis	317	(29)	-	-	-	288
Renda da prestação de serviços	12.591	(1.165)	-	-	(580)	10.846
	973.707	(75.149)	(3.957)	(20.755)	(580)	873.266

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 31.03.2019
Fornecimento de energia elétrica	191.936	(17.351)	(4.353)	(4.166)	-	166.066
Industrial	191.936	(17.351)	(4.353)	(4.166)	-	166.066
Suprimento de energia elétrica	668.517	(50.834)	-	(12.283)	-	605.400
Contratos bilaterais	340.491	(31.495)	-	(7.676)	-	301.320
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	102.544	(3.535)	-	(1.653)	-	97.356
CCEAR (leilão)	183.219	(12.684)	-	(2.954)	-	167.581
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	25.540	-	-	-	-	25.540
Regime de cotas	16.723	(3.120)	-	-	-	13.603
Disponibilidade da rede elétrica	171.588	(12.390)	-	(6.286)	-	152.912
Receita de operação e manutenção - O&M	64.010	(4.732)	-	(2.379)	-	56.899
Receita de juros efetivos	107.578	(7.658)	-	(3.907)	-	96.013
Receita de construção	64.323	-	-	-	-	64.323
Outras receitas operacionais	15.660	(1.773)	-	-	(1.029)	12.858
Arrendamentos e aluguéis	304	(26)	-	-	-	278
Renda da prestação de serviços	15.356	(1.747)	-	-	(1.029)	12.580
	1.112.024	(82.348)	(4.353)	(22.735)	(1.029)	1.001.559

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais (30.2)	ISSQN	Receita líquida 31.03.2018
Fornecimento de energia elétrica	173.817	(15.712)	(3.957)	(4.081)	-	150.067
Industrial	173.817	(15.712)	(3.957)	(4.081)	-	150.067
Suprimento de energia elétrica	627.086	(44.832)	-	(12.981)	-	569.273
Contratos bilaterais	320.419	(29.639)	-	(7.592)	-	283.188
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	178.932	(5.703)	-	(3.570)	-	169.659
CCEAR (leilão)	91.194	(6.507)	-	(1.819)	-	82.868
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	20.624	-	-	-	-	20.624
Regime de cotas	15.917	(2.983)	-	-	-	12.934
Disponibilidade da rede elétrica	158.929	(15.391)	-	(3.692)	-	139.846
Receita de operação e manutenção - O&M	94.470	(9.165)	-	(2.199)	-	83.106
Receita de juros efetivos	64.459	(6.226)	-	(1.493)	-	56.740
Receita de construção	43.212	-	-	-	-	43.212
Outras receitas operacionais	7.325	(1.211)	-	-	(580)	5.534
Arrendamentos e aluguéis	317	(29)	-	-	-	288
Renda da prestação de serviços	6.827	(1.182)	-	-	(580)	5.065
Outras receitas	181	-	-	-	-	181
	1.010.369	(77.146)	(3.957)	(20.754)	(580)	907.932

30.1 Arrendamentos e aluguéis

30.1.1 Receita de arrendamento e aluguéis

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Compartilhamento de instalações	260	249	260	249
Imóveis	44	68	44	68
	304	317	304	317

30.1.2 Recebíveis de arrendamentos

Controladora e Consolidado				Total 31.03.2019
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Compartilhamento de instalações	1.142	5.710	16.525	23.377

30.2 Encargos setoriais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Conta de desenvolvimento energético	2.624	1.163	2.622	1.163
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	7.713	8.257	7.782	8.257
Quota para reserva global de reversão - RGR	12.128	11.335	12.331	11.334
	22.465	20.755	22.735	20.754

31 Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.03.2019
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(9.342)	-	-	-	(9.342)
Encargos de uso da rede elétrica	(93.800)	-	-	-	(93.800)
Pessoal e administradores (31.2)	(48.818)	-	(22.677)	-	(71.495)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.164)	-	(5.173)	-	(15.337)
Material	(2.530)	-	(510)	-	(3.040)
Serviços de terceiros (31.3)	(15.869)	-	(7.610)	-	(23.479)
Depreciação e amortização	(69.959)	-	(3.423)	(3.241)	(76.623)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	866	(1.413)	-	(5.163)	(5.710)
Custo de construção (31.5)	(40.733)	-	-	-	(40.733)
Outras receitas (despesas) operacionais (31.6)	(43.206)	61	(10.753)	(3.805)	(57.703)
	(333.555)	(1.352)	(50.146)	(12.209)	(397.262)

Controladora	Custos operacionais	Outras receitas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.03.2018
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(6.642)	-	-	-	(6.642)
Encargos de uso da rede elétrica	(78.417)	-	-	-	(78.417)
Pessoal e administradores (31.2)	(74.025)	-	(27.743)	-	(101.768)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.664)	-	(4.458)	-	(15.122)
Material	(2.596)	-	(660)	-	(3.256)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(8.215)	-	-	-	(8.215)
Serviços de terceiros (31.3)	(19.209)	-	(7.695)	-	(26.904)
Depreciação e amortização	(61.451)	-	(1.671)	(3.096)	(66.218)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	2.141	450	-	(36.067)	(33.476)
Custo de construção (31.5)	(54.585)	-	-	-	(54.585)
Outras receitas (despesas) operacionais (31.6)	(42.181)	34	(8.364)	(2.041)	(52.552)
	(355.844)	484	(50.591)	(41.204)	(447.155)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2019
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(16.043)	-	-	-	(16.043)
Encargos de uso da rede elétrica	(105.715)	-	-	-	(105.715)
Pessoal e administradores (31.2)	(48.818)	-	(25.709)	-	(74.527)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.164)	-	(5.400)	-	(15.564)
Material	(2.530)	-	(521)	-	(3.051)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(768)	-	-	-	(768)
Serviços de terceiros (31.3)	(25.326)	-	(8.352)	-	(33.678)
Depreciação e amortização	(100.200)	-	(3.492)	(3.241)	(106.933)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	(5.362)	(1.412)	-	(5.391)	(12.165)
Custo de construção (31.5)	(40.769)	-	-	-	(40.769)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(44.784)	60	(11.960)	(4.212)	(60.896)
	(400.479)	(1.352)	(55.434)	(12.844)	(470.109)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2018
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(6.722)	-	-	-	(6.722)
Encargos de uso da rede elétrica	(89.724)	-	-	-	(89.724)
Pessoal e administradores (31.2)	(74.025)	-	(30.625)	-	(104.650)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.664)	-	(4.666)	-	(15.330)
Material	(2.655)	-	(723)	-	(3.378)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(8.693)	-	-	-	(8.693)
Serviços de terceiros (31.3)	(26.248)	-	(8.466)	-	(34.714)
Depreciação e amortização	(79.738)	-	(1.682)	(3.096)	(84.516)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	2.142	450	-	(36.072)	(33.480)
Custo de construção (31.5)	(54.585)	-	-	-	(54.585)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(43.420)	34	(9.366)	(2.182)	(54.934)
	(394.332)	484	(55.528)	(41.350)	(490.726)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	4.217	2.174	4.296	2.254
Contratos bilaterais	4.170	4.169	10.792	4.169
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	1.310	483	1.310	483
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(355)	(184)	(355)	(184)
	9.342	6.642	16.043	6.722

31.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Pessoal				
Remunerações	43.374	45.179	45.220	46.645
Encargos sociais	15.471	16.402	16.121	16.921
Auxílio alimentação e educação	6.232	5.801	6.324	5.888
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados (a)	6.005	4.953	6.005	4.944
Programa de desligamentos voluntários	(328)	28.273	(328)	28.273
	70.754	100.608	73.342	102.671
Administradores				
Honorários	363	899	729	1.580
Encargos sociais	375	252	447	390
Outros gastos	3	9	9	9
	741	1.160	1.185	1.979
	71.495	101.768	74.527	104.650

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

31.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Manutenção de instalações	9.267	8.216	11.009	8.742
Manutenção do sistema elétrico	3.260	6.163	9.003	11.278
Comunicação, processamento e transmissão de dados	3.726	3.976	4.137	4.206
Consultoria e auditoria	366	466	577	731
Outros serviços	6.860	8.083	8.952	9.757
	23.479	26.904	33.678	34.714

31.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Provisão (reversão) para litígios	6.112	32.220	6.294	32.224
Provisão (reversão) de perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos				
Contas a receber vinculadas a concessão (NE nº 8.3)	(866)	(2.141)	(866)	(2.141)
Imobilizado (NE nº 16.7)	-	-	6.228	-
Reversão de perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	1.412	(450)	1.412	(450)
Perdas estimadas em créditos tributários	(903)	3.847	(903)	3.847
Provisão para passivo a descoberto em participações societárias	(45)	-	-	-
	5.710	33.476	12.165	33.480

31.5 Custo de construção

Consolidado	31.03.2019	31.03.2018
Material	18.376	13.076
Serviços de terceiros	16.649	35.181
Pessoal	4.676	5.061
Outros	1.068	1.267
	40.769	54.585

31.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	25.952	30.855	25.952	30.855
Tributos	17.080	17.345	17.650	17.452
Indenizações	4.903	966	4.906	1.174
Arrendamentos e aluguéis	759	2.871	1.929	3.740
Propaganda e publicidade	449	396	449	397
Perdas (ganhos) na desativação e alienação de bens	144	(1.863)	134	(1.863)
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	8.416	1.982	9.876	3.179
	57.703	52.552	60.896	54.934

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Receitas financeiras				
Acréscimos moratórios sobre faturas	9.197	943	9.246	943
Renda de aplicações financeiras	7.651	4.394	14.386	11.011
Juros sobre liquidações na CCEE	7.979	1.491	8.468	1.491
Atualização de depósitos judiciais	967	973	1.134	973
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.2)	369	-	368	-
(-) Pis e Cofins	(1.488)	(419)	(1.499)	(474)
Outras receitas financeiras	6.080	1.044	586	850
	30.755	8.426	32.689	14.794
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	109.984	95.865	139.071	112.851
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.2)	1.100	1.065	1.100	1.066
Juros sobre P&D (NE nº 24.2)	1.000	1.199	1.008	1.234
Outras despesas financeiras	5.238	4.922	5.325	15.104
	117.322	103.051	146.504	130.255
Líquido	(86.567)	(94.625)	(113.815)	(115.461)

33 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pela diretoria, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

No primeiro trimestre de 2019, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional.

Não foi identificado na Companhia ou em suas controladas cliente algum que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total do primeiro trimestre de 2019.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

De acordo com o CPC 22/IFRS 8, os segmentos reportáveis da Companhia são:

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada.

33.3 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GER	TRA	Operações inter-segmento	Consolidado
31.03.2019				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	778.862	223.265	(568)	1.001.559
Receita operacional líquida com terceiros	778.862	222.697	-	1.001.559
Receita operacional líquida entre segmentos	-	568	(568)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(361.297)	(109.380)	568	(470.109)
Energia elétrica comprada para revenda	(16.043)	-	-	(16.043)
Encargos de uso da rede elétrica	(106.238)	-	523	(105.715)
Pessoal e administradores	(45.521)	(29.006)	-	(74.527)
Planos previdenciário e assistencial	(9.377)	(6.187)	-	(15.564)
Material	(1.990)	(1.061)	-	(3.051)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(768)	-	-	(768)
Serviços de terceiros	(26.136)	(7.542)	-	(33.678)
Depreciação e amortização	(103.770)	(3.163)	-	(106.933)
Provisão para litígios	(3.791)	(2.503)	-	(6.294)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(5.362)	-	-	(5.362)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	12.136	(12.645)	-	(509)
Custo de construção	-	(40.769)	-	(40.769)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(54.437)	(6.504)	45	(60.896)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(3.255)	20.668	-	17.413
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	414.310	134.553	-	548.863
Receitas financeiras	26.810	5.879	-	32.689
Despesas financeiras	(109.660)	(36.844)	-	(146.504)
LUCRO OPERACIONAL	331.460	103.588	-	435.048
Imposto de renda e contribuição social	(125.407)	(25.673)	-	(151.080)
LUCRO DO PERÍODO	206.053	77.915	-	283.968

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GER	TRA	Operações inter-segundo	Consolidado
31.03.2018				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	722.243	186.109	(420)	907.932
Receita operacional líquida com terceiros	722.243	185.689	-	907.932
Receita operacional líquida entre segmentos	-	420	(420)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(354.235)	(136.911)	420	(490.726)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.722)	-	-	(6.722)
Encargos de uso da rede elétrica	(89.800)	-	76	(89.724)
Pessoal e administradores	(64.271)	(40.379)	-	(104.650)
Planos previdenciário e assistencial	(9.401)	(5.929)	-	(15.330)
Material	(2.344)	(1.034)	-	(3.378)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(8.693)	-	-	(8.693)
Serviços de terceiros	(28.161)	(6.553)	-	(34.714)
Depreciação e amortização	(82.729)	(1.787)	-	(84.516)
Provisão para litígios	(10.430)	(21.794)	-	(32.224)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	2.141	-	-	2.141
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(3.705)	308	-	(3.397)
Custo de construção	-	(54.585)	-	(54.585)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(50.120)	(5.158)	344	(54.934)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	2.081	43.140	-	45.221
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	370.089	92.338	-	462.427
Receitas financeiras	12.022	2.772	-	14.794
Despesas financeiras	(100.341)	(29.914)	-	(130.255)
LUCRO OPERACIONAL	281.770	65.196	-	346.966
Imposto de renda e contribuição social	(107.008)	(7.396)	-	(114.404)
LUCRO DO PERÍODO	174.762	57.800	-	232.562

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	508.897	508.897	473.498	473.498
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	95.018	95.018	97.819	97.819
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	8.3	3	66.802	66.802	65.811	65.811
			670.717	670.717	637.128	637.128
Custo amortizado						
Clientes (a)	7	1	469.758	469.758	381.250	381.250
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (c)	8.2	1	752.755	752.755	753.826	753.826
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (e)	8.1	2	634.300	724.199	625.772	714.880
Mútuo (b)	13.1	2	308.943	308.620	281.709	278.964
			2.165.756	2.255.332	2.042.557	2.128.920
Total dos ativos financeiros			2.836.473	2.926.049	2.679.685	2.766.048
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil (f)	11.2	2	70.068	68.734	86.632	84.383
Fornecedores (a)	19	1	195.308	195.308	201.979	201.979
Empréstimos e financiamentos (f)	20	2	1.921.028	1.898.252	1.913.415	1.875.763
Debêntures (g)	21	1	3.543.059	3.543.059	3.518.093	3.518.093
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	25	3	48.246	44.114	48.032	43.894
			5.777.709	5.749.467	5.768.151	5.724.112
Consolidado						
	NE nº	Nível	31.03.2019		31.12.2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	848.588	848.588	825.034	825.034
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	209.668	209.668	210.861	210.861
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	8.3	3	66.802	66.802	65.811	65.811
			1.125.058	1.125.058	1.101.706	1.101.706
Custo amortizado						
Clientes (a)	7	1	558.668	558.668	458.374	458.374
Contas a receber vinculadas à concessão - RBSE (c)	8.2	1	752.755	752.755	753.826	753.826
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (e)	8.1	2	634.300	724.199	625.772	714.880
			1.945.723	2.035.622	1.837.972	1.927.080
Total dos ativos financeiros			3.070.781	3.160.680	2.939.678	3.028.786
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil (f)	11.2	2	70.068	68.734	86.632	84.383
Mútuo (f)	13.2	2	18.982	18.972	-	-
Fornecedores (a)	19	1	341.139	341.139	376.272	376.272
Empréstimos e financiamentos (f)	20	2	2.829.742	2.818.136	2.818.507	2.797.521
Debêntures (g)	21	1	3.808.345	3.808.345	3.786.379	3.786.379
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	25	3	48.246	44.114	48.032	43.894
			7.116.522	7.099.440	7.115.822	7.088.449

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Os critérios estão divulgados na NE nº 4.3 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018.
- d) Os ativos de geração têm valores justos similares aos valores contábeis, conforme NE nº 4.3 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018.
- e) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- f) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 1,94% a.a. acima da TJLP, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- g) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.03.2019, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.
- h) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 8,13% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa (a)	508.897	299.234	848.588	825.034
Títulos e valores mobiliários (a)	95.018	104.157	209.668	210.861
Clientes (b)	469.758	212.146	558.668	458.374
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	752.755	2.915.769	752.755	753.826
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	634.300	606.479	634.300	625.772
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (e)	66.802	68.859	66.802	65.811
Mútuo (f)	308.943	281.709	-	-
	2.836.473	4.488.353	3.070.781	2.939.678

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia e suas controladas. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato.
- c)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

A Administração também considera o risco de crédito reduzido para o saldo relativo aos ativos RBSE, mesmo observadas as liminares que reduziram provisoriamente a RAP a ser recebida, conforme descrito na NE nº 8.2.

- d)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- e)** Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados, conforme descrito na NE nº 8.3.
- f)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito tendo em vista que trata-se de mútuo com controladas, que será quitado em 2019 com captações de recursos junto a instituições financeiras

34.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2022, repetem-se os indicadores de 2021 até o horizonte da projeção.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.03.2019							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	20.044	621.913	162.384	726.525	959.281	2.490.147
Debêntures	NE nº 21	40.921	383.630	686.129	3.058.527	157.937	4.327.144
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	329	658	2.997	17.522	143.314	164.820
Fornecedores	-	118.931	47.947	24.860	3.570	-	195.308
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Selic	5.859	11.784	54.118	-	-	71.761
		186.084	1.065.932	930.488	3.806.144	1.260.532	7.249.180

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.03.2019							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	24.991	633.194	284.762	1.208.556	1.727.541	3.879.044
Debêntures	NE nº 21	44.755	390.758	718.246	3.217.147	426.137	4.797.043
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	329	658	2.997	17.522	143.314	164.820
Fornecedores	-	136.616	50.808	123.752	29.373	590	341.139
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Selic	5.859	11.784	54.118	-	-	71.761
Mútuo	NE nº 13	19.099	-	-	-	-	19.099
		231.649	1.087.202	1.183.875	4.472.598	2.297.582	9.272.906

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 20.4 e 21.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

Em 31.03.2019, a Copel GET apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 952.669 no balanço da Controladora (R\$ 1.152.814 em 31.12.2018) e de R\$ 1.129.406 no balanço consolidado (R\$ 1.309.046 em 31.12.2018). A Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, destacando-se: redução do programa de investimentos da Companhia e manutenção das ações de reduções de custos, bem como o alongamento da dívida, já previsto pela Administração. Neste sentido citamos como exemplo a captação apresentada na NE nº 39.2.

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.03.2019 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 6,50%, IPCA - 4,01%, IGP-DI - 5,83%, IGP-M - 5,58% e TJLP - 6,10%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2019 do Relatório Focus do Bacen de 26.04.2019, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Controladora	Risco	Base 31.03.2019	Cenários projetados - Dez/2019		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Risco de taxa de juros e variações monetárias					
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	95.018	4.595	3.457	2.307
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.387.055	41.510	31.171	20.806
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	66.802	-	-	-
Mútuo	Baixa CDI/Selic	308.943	14.942	18.641	22.327
		1.857.818	61.047	53.269	45.440
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(1.233.982)	(56.035)	(69.916)	(83.749)
Notas promissórias	Alta CDI	(582.378)	(28.166)	(35.140)	(42.087)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(104.668)	(4.753)	(5.930)	(7.104)
Debêntures	Alta CDI/Selic	(3.256.912)	(157.518)	(196.518)	(235.371)
Debêntures	Alta IPCA	(286.147)	(8.563)	(10.691)	(12.814)
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Alta Selic	(70.068)	(3.389)	(4.228)	(5.064)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(48.246)	(1.444)	(1.803)	(2.161)
		(5.582.401)	(259.868)	(324.226)	(388.350)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Consolidado	Risco	Base 31.03.2019	Cenários projetados - Dez/2019		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Risco de taxa de juros e variações monetárias					
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	209.668	10.140	7.628	5.091
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.387.055	41.510	31.171	20.806
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	66.802	-	-	-
		1.663.525	51.650	38.799	25.897
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(2.127.592)	(96.613)	(120.547)	(144.396)
Notas promissórias	Alta CDI	(582.378)	(28.166)	(35.140)	(42.087)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(104.668)	(4.753)	(5.930)	(7.104)
Outros	Sem Risco	(15.104)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(3.256.912)	(157.518)	(196.518)	(235.371)
Debêntures	Alta IPCA	(425.192)	(12.725)	(15.886)	(19.041)
Debêntures	Alta TJLP	(126.241)	(5.733)	(7.153)	(8.568)
Mútuo	Alta CDI	(18.982)	(918)	(1.145)	(1.372)
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	Alta Selic	(70.068)	(3.389)	(4.228)	(5.064)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(48.246)	(1.444)	(1.803)	(2.161)
		(6.775.383)	(311.259)	(388.350)	(465.164)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.03.2019, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

A partir de 2014, os reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste enfrentaram situações climáticas adversas, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento à carga.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo. O mesmo posicionamento é adotado pelo ONS em relação ao risco de déficit no médio prazo, conforme apresentado no Plano da Operação Energética 2018-2022 - PEN 2018.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, quando combinados com outras variáveis, como o menor crescimento do consumo, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

34.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afluências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, abordagem atualmente adotada pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Companhia adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

34.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

Atualmente, a prorrogação das concessões de transmissão e geração hidrelétrica, alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013. O Decreto nº 9.187, de 1º.11.2017, regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a referida Lei.

As concessões de geração de energia hidrelétrica e transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Contudo, para as concessões de geração de energia termelétrica, o prazo de prorrogação ficou limitado a até 20 anos.

A concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 60 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou receita inicial.

Até 2023, somente a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1676 MW), terá sua concessão vencida. A Companhia não manifestou interesse pela prorrogação dessa concessão. Segundo a Lei 12.783/2013, a opção pela prorrogação está condicionada a mudança do regime de exploração da usina que pode ocorrer com até 60 meses de antecedência do seu termo final. Estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado é desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu termo final. A usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a Companhia participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel, para celebração do Termo Aditivo. A usina encontra-se em processo de modernização e terá como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta.

Conforme a lei, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE São Jorge em 2019, da UHE Apucarantina em 2020, e das UHEs Guaricana e Chaminé em 2021. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, a concessão da UHE São Jorge poderá, ao seu termo final, ser outorgada a Companhia na condição de registro, e as demais concessões, ao seu termo final, deverão ser licitadas pelo Poder Concedente.

A Copel GeT não tem nenhuma concessão de transmissão a vencer nos próximos dez anos.

34.2.7 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à geração de energia termelétrica. Um período prolongado de escassez de gás poderia resultar em perdas, em razão da redução de receitas da controlada UEG Araucária.

O contrato de fornecimento de gás natural entre o Brasil e a Bolívia tem validade de 20 anos, com vencimento previsto para 2019. Devido a não utilização de todo o gás natural contratado nos últimos anos, o Ministério de Minas e Energia considera a ampliação do prazo deste contrato em dois anos em seu Planejamento Decenal. Em caso de não renovação desse contrato, atualmente centralizado na Petrobras, os consumidores diretos ou as distribuidoras estaduais deverão negociar diretamente o suprimento do combustível com produtores, importadores ou comercializadores de gás natural.

Por outro lado, o volume de gás natural produzido no pré-sal tem aumentado. A produção brasileira em 2018 foi de 111,94 milhões m³/dia, com tendência ascendente.

Além do gás proveniente da Bolívia e do pré-sal, existe a alternativa de importação do Gás Natural Liquefeito (GNL).

Existem, ainda, projetos de novas estações de regaseificação em todas as regiões brasileiras, sendo que as estações localizadas no sul têm capacidade para atender o consumo dessa região do país sem necessidade de grandes investimentos em infraestrutura de transporte e reduzindo o nível de utilização da capacidade do ramal Sul do Gasbol, o que possibilitaria o aumento da oferta de gás natural no Paraná.

No mercado internacional, o preço do gás natural tem se mantido estável, apontando para o equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Diante dessa conjuntura, o risco de escassez de gás natural pode ser considerado baixo.

34.2.8 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos à cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associadas às incertezas da velocidade de vento, e o não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. Em 31.03.2019 o saldo consolidado da provisão registrado no passivo referente a de não performance é de R\$ 61.399 (R\$ 83.525, em 31.12.2018), que poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda*) consolidado ajustado dos últimos dozes meses. A meta corporativa estabelecida no planejamento estratégico prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

34.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Empréstimos e financiamentos	1.921.028	1.913.415	2.829.742	2.818.507
Debêntures	3.543.059	3.518.093	3.808.345	3.786.379
(-) Caixa e equivalentes de caixa	508.897	473.498	848.588	825.034
(-) Títulos e valores mobiliários	95.018	97.819	209.668	210.861
Dívida líquida	4.860.172	4.860.191	5.579.831	5.568.991
Patrimônio líquido	9.204.041	8.911.964	9.344.195	9.060.227
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,53	0,55	0,60	0,61

35 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Controladores								
Estado do Paraná - Empregados cedidos (a)	61	1.220	-	-	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Energia								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	368.950	368.950	-	-	-	-
Compartilhamento (b)	381	398	2.077	3.106	-	-	(1.593)	(1.982)
Contratos de Mútuo (NE nº 13)	-	-	18.982	-	-	-	(8)	(5.593)
Entidades com influência significativa								
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (NE nº 20)	-	-	2.142.696	2.139.361	-	-	(45.920)	(30.175)
Debêntures (NE nº 21)	-	-	265.286	268.286	-	-	(7.520)	(7.562)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	3.635	3.282	-	-	8.592	7.047	-	-
Rede básica e de conexão	16.053	15.870	-	-	47.961	74.276	-	-
Sistema de distribuição	-	-	687	695	-	-	(1.208)	(1.233)
Consumo de energia	-	-	757	895	-	-	(1.514)	(2.472)
Compartilhamento (b)	5.119	7.532	5.313	6.150	-	-	(135)	(193)
Copel Telecomunicações S.A.								
Serviços de telecomunicações	-	-	450	143	-	-	(3.378)	(3.627)
Copel Renováveis								
Compartilhamento (b)	6	9	18.660	18.660	6	5	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	79.738	47.553	-	-	216.938	118.855	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	1.087	-	-	-	(6.622)	-
Compartilhamento (b)	64	94	-	-	64	26	-	-
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (c)	1.445	659	-	-	2.440	1.958	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia								
Serviços de operação e manutenção (d)	248	329	-	-	496	961	-	-
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	15	15	-	-	(43)	(33)
Dividendos	3.316	3.316	-	-	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora								
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	58	58	-	-	(170)	(148)
Dividendos	6.033	6.033	-	-	-	-	-	-
Matrinchá Transmissora de Energia								
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	307	316	-	-	(911)	(884)
Dividendos	21.470	21.470	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia								
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	159	136	-	-	(411)	(323)
Dividendos	15.869	15.869	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia								
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	227	212	-	-	(636)	(563)
Dividendos	8.544	8.544	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissora								
Serviços de operação e manutenção	10.374	5.044	-	-	10.507	133	-	-
Compartilhamento das estruturas	82	82	-	-	247	236	-	-
Cantareira Transmissora de Energia								
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	172	170	-	-	(504)	(113)
Dividendos	1.461	1.461	-	-	-	-	-	-
Coligadas da Copel								
Dona Francisca Energética S.A. (e)								
Dividendos	-	-	1.436	1.436	-	-	(1.436)	(2.871)
Foz do Chopim Energética Ltda. (f)								
Dividendos	193	193	-	-	639	785	-	-
Aquisição de projetos de usinas	4.836	18.071	-	-	-	-	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.2)	-	-	-	-	-	-	(1.185)	(1.979)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22)	-	-	-	-	-	-	(30)	(87)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	9.754	-	-	-	(750)	(2.017)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22)	-	-	270.060	267.408	-	-	-	-
Lactec (g)								
Dividendos	-	-	839	1.027	-	-	(376)	(567)
Companhia de Saneamento do Paraná (h)								
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	293	-	-	-	(1.026)	(147)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	-	144	-	-	-	-	-	-

a) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.

- b) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado com a Companhia, a Copel e demais subsidiárias.
- c) Contrato de operação e manutenção do CEFSC - Complexo Energético Fundação Santa Clara, com vencimento em 30.09.2019, firmado com a Elejor - Elétrica do Rio Jordão.
- d) Contrato de operação e manutenção, com vencimento em 09.05.2021, firmado com a Caiuá Transmissora.
- e) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.
- f) Contratos realizados com a Foz do Chopim Energética Ltda. referente à prestação de serviços de operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2019 e à conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- g) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GET e UEGA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.
- h) Entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

35.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel GeT na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 31.03.2019	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	62.986	49,0	30.863
(2) Integração Maranhense	Financiamento	30.12.2013	15.02.2029	142.150	101.551	49,0	49.760
							80.623

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	Término da vigência	Importância segurada	% aval Copel GeT	Valor do aval
Matrinchã Transmissora	30.09.2019	90.000	49,0	44.100
Guaraciaba Transmissora	30.04.2020	47.000	49,0	23.030
Mata de Santa Genebra	29.11.2019	78.300	50,1	39.228
Cantareira Transmissora	31.08.2019	31.200	49,0	15.288
				121.646

36 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31.03.2019	31.12.2018
Contratos de compra e transporte de energia	7.757.910	7.990.373
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção de linhas de transmissão e subestações	191.617	214.086
Construção da usina UHE Colíder	23.798	36.303
Construção da usina UHE Baixo Iguaçu	22.422	202.668
Construção das usinas do empreendimento eólico Cutia	35.219	40.392

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término	Importância
Apólice	da vigência	segurada
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2020	1.815.711
Riscos Nomeados	24.08.2019	1.268.341
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.11.2019	988.398
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	30.11.2019	854.359
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2019	770.713
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2019	489.357
Seguro D&O (a)	28.03.2020	97.418
Seguro Aeronáutico (casco e responsabilidade civil) (a)	30.01.2020	95.725
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2019	91.805
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	29.11.2021	58.060

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos Operacionais - UEG Araucária, do Seguro D&O e do Seguro Aeronáutico foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2018, de R\$ 3,8748.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de responsabilidade civil geral, garantia de pagamento, riscos diversos, transporte nacional e internacional. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

38.1 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 16.2, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 18.788 na Controladora e R\$ 44.882 no Consolidado. Destes valores, R\$ 9.196 e R\$ 13.006, correspondem, respectivamente, às compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Em dezembro de 2018 ocorreu a aquisição a prazo dos estudos e projetos denominados PCH Bela Vista e UHE Salto Grande, pelo valor de R\$ 19.461, junto à empresa Foz do Chopim Energética Ltda, sendo tal obrigação registrada na rubrica de fornecedores. No primeiro trimestre de 2019 ocorreu a quitação parcial da citada negociação, no valor de R\$ 13.235, mediante encontro de contas com os dividendos a receber do citado fornecedor, o qual integra o conjunto de investimentos da Copel GeT na condição de coligada.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

39 Eventos subsequentes

39.1 Aumento de Capital social

Em 30.04.2019, a 103ª Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital social de R\$ 5.528.226 (5.528.226.052 ações ordinárias sem valor nominal) para R\$ 5.765.226 (5.765.226.052 ações ordinárias sem valor nominal), mediante a capitalização do saldo existente na rubrica de adiantamentos recebidos para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 237.000.

39.2 Notas promissórias

Em 09.05.2019, a Copel GeT recebeu os recursos oriundos da 5ª emissão de notas promissórias, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 566/2015, da Instrução CVM n.º 476/2009, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”), sob regime de garantia firme de colocação, no montante total de R\$ 650.000. Foram emitidas 650 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1, com juros e amortização a serem pagos em 05.11.2019, data de vencimento. As notas promissórias serão remuneradas com juros correspondentes à 105,00% da variação acumulada da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros. Foi prestada garantia corporativa da Copel. Os recursos captados serão destinados ao refinanciamento do endividamento da emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da 2ª parcela de amortização da 1ª emissão de debêntures da emissora, e reforço do seu capital de giro.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

dos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018

em milhares de reais

1 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e parques eólicos nos três primeiros meses de 2019 foi de 4.825 GWh (5.799 GWh no mesmo período de 2018), conforme demonstrado no fluxo a seguir:

Fluxo de energia (GWh)		janeiro a março de 2019	
Geração própria			
4.825		97,7%	
Energia comprada			
114		2,3%	
Dona Francisca	35		
MRE	20		
Outros	59		
Disponibilidade		4.939	
Suprimento concessionária CCEE¹		44	0,9%
Consumidores livres		974	19,7%
Energia suprida		4.179	84,6%
Contratos bilaterais		1.879	
CCEAR		903	
CER		226	
CCEE(MCP)		629	
MRE		542	
Perdas e diferenças		(258)	-5,2%

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.

¹ Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia:

Classe			Em GWh
	jan a mar 2019	jan a mar 2018	Varição
Copel Geração e Transmissão			
CCEAR (Copel Distribuição)	31	23	34,5%
CCEAR (outras concessionárias)	546	209	33,1%
Consumidores livres	974	909	7,1%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	1.114	623	79,0%
Contratos bilaterais ¹	810	1.313	-38,3%
CCEE (MCP) ¹	629	751	9,3%
Total da Copel Geração e Transmissão	4.104	3.828	5,2%
Parques Eólicos			
CCEAR (outras concessionárias)	325	207	57,0%
CER	226	88	156,8%
Total dos Parques Eólicos	551	295	86,8%
Total	4.655	4.123	12,9%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

¹ Garantia Física alocada no período, após impacto do GSF.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

2 Administração

Quadro de empregados

Empregados	mar 2019	mar 2018
Copel Geração e Transmissão	1.666	1.722
Controlada - UEG Araucária	17	17
	1.683	1.739

3 Tarifas

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia - R\$/MWh	mar 2019	mar 2018	Varição
Leilão - CCEAR 2011-2040	218,54	210,87	3,6%
Leilão - CCEAR 2013-2042	238,99	229,28	4,2%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (a)	166,64	160,85	3,6%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048	174,25	-	-
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	291,30	260,27	11,9%

Com PIS/COFINS. Líquida de ICMS.

(a) Para o ano de 2018, a energia de Colíder foi submetida ao MCSD de Energia Nova. O atendimento dos CCEARs está sendo realizado parcialmente na proporção da entrada em operação comercial das suas unidades, conforme liminar sob a ação n.º 1018935-95.2017.4.01.3400.

4 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 30)

A Receita operacional líquida, acumulada até março de 2019, atingiu R\$ 1.001.559 montante 10,3% superior aos R\$ 907.932 registrados no mesmo período de 2018.

Essa variação decorreu, principalmente, pelos seguintes fatos:

- a) aumento de 10,7% na Receita de fornecimento de energia elétrica, em virtude principalmente da atualização dos preços de venda dos contratos existentes e pelo crescimento das operações;
- b) acréscimo de 6,3% na Receita de suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo aumento nas vendas através de contratos em ambiente regulado, face a entrada em operação de novos empreendimentos;
- c) aumento de 132,3% em Outras Receitas Operacionais refletindo sobretudo o aumento na renda de prestação de serviços.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 31)

O total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 470.109, valor 4,2% inferior aos R\$ 490.726 registrados no mesmo período de 2018. Os principais destaques foram:

- a) redução de 28,8% na conta Pessoal e administradores em virtude principalmente da provisão para demissões incentivadas no montante de R\$ 28.273 registrada em 2018 e sem efeitos em 2019 face ao encerramento do programa, pela redução do quadro de empregados e política de redução de custos; compensada parcialmente pelo reajuste salarial, conforme acordo coletivo, de 3,97% em outubro de 2018;
- b) aumento de 26,5% na conta de Depreciação e amortização decorrente da unitização das usinas de Colíder, Cutia e Baixo Iguaçu; e
- c) redução de 63,7% na conta de Perdas de crédito, provisões e reversões, devido, principalmente à um montante menor de contingências trabalhistas registradas, quando comparado com mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro (NE nº 32)

O aumento de R\$ 1.646 no resultado financeiro, correspondente a 1,4% comparado com o mesmo período de 2018, deve-se principalmente pelo acréscimo de 121,0% em receitas financeiras decorrente da renda de aplicações financeiras e dos acréscimos moratórios sobre faturas, compensado pelo aumento de 12,5% nas despesas financeiras decorrente da maior variação monetária e encargos da dívida.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) está demonstrado a seguir:

Consolidado	31.03.2019	31.03.2018
Lucro líquido do período	283.968	232.562
IRPJ e CSLL diferidos	10.914	(38.734)
Provisão para IRPJ e CSLL	140.166	153.138
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	113.815	115.461
Lajir/Ebit	548.863	462.427
Depreciação e Amortização	106.933	84.516
Lajida/Ebitda	655.796	546.943
Receita Operacional Líquida - ROL	1.001.559	907.932
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	65,5%	60,2%

O Lajida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527/2012. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Membros MOACIR CARLOS BERTOL
CASSIO SANTANA DA SILVA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Especialista Financeiro CARLOS BIEDERMANN
Membros LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA
LEILA ABRAHAM LORIA
OLGA STANKEVICIUS COLPO

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares DEMETRIUS NICHELE MACEI
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR
NILSO ROMEU SGUIAREZI
Membros Suplentes ADRIAN LIMA DA HORA
JOÃO LUIZ GIONA JR
OTAMIR CESAR MARTINS

DIRETORIA

Diretor Presidente MOACIR CARLOS BERTOL
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores: Fone: +55 (41) 3222-2027
ri@copel.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Copel Geração e Transmissão S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e sua firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 1º trimestre de 2019, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2019, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 14 de maio de 2019

/s/

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

/s/

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

/s/

OTAMIR CESAR MARTINS

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A.- Copel GeT, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto no inciso II, parágrafo 1º, do artigo 29 da Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativamente às informações financeiras intermediárias da Copel GeT, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR de 31.03.2019; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias da Copel GeT, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR de 31.03.2019.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 14 de maio de 2019

/s/

Moacir Carlos Bertol
Diretor Presidente

/s/

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com
Investidores

/s/

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações
Institucionais